



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

VIANA acolhe com AMOR



Plano Municipal para a Integração de Migrantes Viana do Castelo 2020 | 2022



Ficha Técnica

TÍTULO

Plano Municipal para a Integração de Migrantes de Viana do Castelo | 2020-2022

EQUIPA TÉCNICA

Margarida Torres (Coordenação)

Carina Ramos (Apoio Técnico)

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Viana do Castelo

IMAGEM

Nuno Araújo

ENTIDADE PROMOTORA

ACM- Alto Comissariado para as Migrações

Viana do Castelo, outubro de 2020

ÍNDICE

ÍNDICE	3
INDICE FIGURAS	4
ÍNDICE DE QUADROS	5
LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	6
1. EQUADRAMENTO	7
2. METODOLOGIA	9
3. DIAGNÓSTICO LOCAL	10
3.1. <i>Indicadores Demográficos</i>	10
3.2. <i>A imigração em Viana do Castelo</i>	11
3.3. <i>Caracterização da população inquirida</i>	13
3.3.1. <i>Apoios institucionais</i>	18
3.3.2. <i>Habitação</i>	21
3.3.3. <i>Emprego e situação profissional</i>	23
3.3.4. <i>Transportes</i>	26
3.3.5. <i>Informação, participação e lazer</i>	28
3.3.6. <i>Cultura e relações de proximidade</i>	32
3.3.7. <i>Conclusão</i>	36
4. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES	38
4.1. <i>Dimensão estratégica</i>	39
4.2. <i>Dimensão operacional</i>	41
4.2.1. <i>Mercado de trabalho e empreendedorismo</i>	42
4.2.2. <i>Serviços de Acolhimento e Integração</i>	43
4.2.3. <i>Educação e Língua</i>	44
4.2.4. <i>Capacitação e formação</i>	45
4.2.5. <i>Cultura</i>	46
4.2.6. <i>Saúde</i>	46
4.2.7. <i>Cidadania e Participação Cívica</i>	47
4.2.8. <i>Media e sensibilização da opinião pública</i>	48
4.2.9. <i>Solidariedade e resposta social</i>	49
4.2.10. <i>Racismo e discriminação</i>	49
4.2.11. <i>Urbanismo e Habitação</i>	50
4.2.12. <i>Desporto e Lazer</i>	51
4.2.13. <i>Relações Internacionais, Religião e Igualdade de Género</i>	51
5. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	52
5.1. <i>Monitorização e Avaliação</i>	52

5.1.1.	<i>Avaliação de processo</i>	52
5.1.2.	<i>Meios de verificação</i>	52
6.	ACOMPANHAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO	56
6.1.	<i>Cronograma</i>	57
7.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	61
7.1.	<i>Bibliografia</i>	61
7.2.	<i>Páginas de Internet Consultadas</i>	61
8.	ANEXOS	62

INDICE FIGURAS

Figura 1 - Evolução da população estrangeira em Viana do Castelo 2008-2019	11
Figura 2 - Grupo etário dos inquiridos	13
Figura 3 - Nacionalidade dos inquiridos	14
Figura 4 - Grau de escolaridade dos inquiridos.....	14
Figura 5 - Freguesia de residência	15
Figura 6 - Motivos para escolher Portugal	16
Figura 7 - Tempo de residência em Viana do Castelo	17
Figura 8- Estatuto legal de residência em Portugal	17
Figura 9- Apoios no acolhimento	18
Figura 10 - Tipo de apoio recebido.....	19
Figura 11 - Inquiridos que recorreram aos serviços de saúde	19
Figura 12 - Dificuldades no Atendimento/ Acesso a serviços de saúde.....	20
Figura 13 - Avaliação da atuação dos serviços	21
Figura 14 - Tipo de habitação.....	22
Figura 15 - Tipologia de habitação	22
Figura 16 - Situação profissional	24
Figura 17 - Participação em formação profissional.....	25
Figura 18 - Meios de transporte utilizado	26
Figura 19 - Avaliação da frequência/regularidade dos transportes públicos	27
Figura 20 - Participação em atividades socioculturais, recreativas e de lazer	28
Figura 21 - Contributo das atividades na integração de migrantes	29
Figura 22 - Meio de conhecimento das atividades em Viana do Castelo	30
Figura 23 - Aspetos do país de origem de que sente falta	33

Figura 24 - Conhece ou sabe quem são os seus vizinhos.....	33
Figura 25 - Relações de proximidade	34
Figura 26 - Sentimento de discriminação.....	35
Figura 27 - Planos a longo/médio prazo	36

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Comunidades da União Europeia mais representativas no concelho de Viana do Castelo	12
Quadro 2 -Comunidades de NPT mais representativas no concelho de Viana do Castelo.....	12
Quadro 3 – Possibilidade de voto em Portugal.....	31
Quadro 4 - Participação em associação ou grupo.....	31
Quadro 5 - Participação em algum tipo de ação pública	32
Quadro 6 - Resumo da dimensão estratégica do PMIM	39
Quadro 7 - Dimensão operacional para a área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo.....	42
Quadro 8 - Dimensão operacional para a área de Serviços de Acolhimento e Integração	43
Quadro 9 - Dimensão operacional para a área de Educação e Língua.....	45
Quadro 10 - Dimensão operacional para a área de Capacitação e Formação.....	45
Quadro 11 - Dimensão operacional para a área de Cultura	46
Quadro 12 - Dimensão operacional para a área de Saúde	47
Quadro 13 - Dimensão operacional para a área de Cidadania e Participação Cívica	48
Quadro 14 - Dimensão operacional para a área de Media e Sensibilização da Opinião Pública.....	48
Quadro 15 - Dimensão operacional para a área de Solidariedade e Resposta Social	49
Quadro 16 - Dimensão operacional para a área de Racismo e Discriminação	50
Quadro 17 - Dimensão operacional para a área do Urbanismo e Habitação	51
Quadro 18 - Dimensão operacional para a área de Desporto e Lazer.....	51
Quadro 19 - Listagem dos meios de verificação correspondentes a cada medida do PMIM.....	53
Quadro 20 - Tipologia, âmbito de intervenção e perfil por unidade orgânica do Modelo de Governação	56
Quadro 21 - Cronograma de operacionalização das medidas previstas.....	57

LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ACT- Autoridade para as Condições do Trabalho
AEVC- Associação Empresarial de Viana do Castelo
CDV- Centro Dramático de Viana
CLAIM- Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
CMVC- Câmara Municipal de Viana do Castelo
CPR- Conselho Português para os Refugiados
ESE- Escola Superior de Educação
ESSMM- Escola Secundária de Santa Maria Maior
FAMI- Fundo para o Asilo, as Migrações e a Integração
GAF- Gabinete de Atendimento à Família
IEFP- Instituto de Emprego e Formação Profissional
NPT- Nacionais de Países Terceiros
ONG- Organização Não Governamental
PEM- Plano Estratégico para as Migrações
PMII- Plano Municipal para a Integração de Imigrantes
PMIM- Plano Municipal para a Integração de Migrantes
PNIPGM- Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações
PO- País de Origem
SEF- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
UE- União Europeia

1. EQUADRAMENTO

O significativo aumento do número de migrantes no país nos últimos anos, com fortes impactos nas regiões, evidenciou a necessidade de se criarem estratégias de apoio à sua integração na comunidade de acolhimento. E, apesar das instituições da sociedade civil, nomeadamente as Organizações Não Governamentais (ONG) e associações de imigrantes, se apresentarem como uma estrutura fundamental nas respostas imediatas a esta população, o poder local, pela capacidade de mobilização de meios e recursos para responder aos impactos dos movimentos migratórios nos seus territórios, afigura-se como um dos principais atores neste processo.

Neste contexto, a par do quadro legislativo publicado em Portugal nas últimas duas décadas, bem como das medidas extraordinárias para regularização de situações dos migrantes, não enquadradas legalmente, e que se foram sucedendo ao longo do tempo, ficou mais evidente a necessidade de se estruturar uma política local que, além do estabelecimento de diferentes respostas para diferentes necessidades, também correspondesse às metas propostas pelo Governo, no âmbito do anterior Plano Estratégico para as Migrações (PEM) e do atual Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (PNIPGM).

Em cumprimento do PEM, e perante a evidência do aumento do número de migrantes no seu território, o Município de Viana do Castelo foi um dos vinte e um Municípios que, em 2015, se propôs conceber o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMII) para o período 2015-2017, tendo envolvido vinte e oito parceiros dos setores público, privado e associativo, na operacionalização de um conjunto de medidas de integração, distribuídas por doze áreas de intervenção. Os resultados da implementação dos Planos Municipais para a Integração de Migrantes (2015-2017 e 2018-2020), revelaram-se bastante positivos já que foi possível inserir no mercado de trabalho um número significativo de Nacionais de Países Terceiros (NPT), bem como, para além de outras ações, desenvolver um conjunto de atividades culturais e de lazer que contribuíram, em grande medida, para o fomento da coesão social, da interculturalidade e, conseqüentemente da efetiva integração na comunidade de acolhimento.

É de referir que, a partir de 2016, o concelho começa a apresentar-se como um interessante território de destino, motivado por um conjunto de razões que o tornam atrativo para um leque variado de pessoas, nomeadamente: *i)* a evolução do perfil económico do concelho, que nos últimos anos viu crescer o investimento no seu tecido industrial e empresarial, nomeadamente na área da energia eólica e da indústria naval, com a implantação de novas indústrias distribuídas por três zonas industriais e três parques empresariais. Estas indústrias, a par de outras ligadas ao setor dos componentes automóveis, recentemente instaladas, bem como o aumento do turismo, vieram absorver um grande volume de mão-de-obra, ao qual os residentes não tinham capacidade de

responder, pelo que se apresentou como uma oportunidade de integração no mercado de trabalho para os migrantes laborais; *ii*) a oferta formativa disponibilizada pelo Instituto Politécnico e também pelo ensino profissional que atraiu, sobretudo, jovens africanos dos países de língua portuguesa, principalmente de S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné Bissau; *iii*) a emergência de algumas vantagens fiscais destinada a residentes não habituais, que se mostrou bastante apelativa nomeadamente para cidadãos europeus reformados, atraídos pela qualidade de vida, tranquilidade e segurança oferecidas por uma cidade de média dimensão, como é o caso da cidade de Viana do Castelo. Há que referir, ainda, os imigrantes que, cumprindo os critérios do reagrupamento familiar, são também contabilizados neste crescente aumento no concelho, nomeadamente migrantes oriundos da Venezuela e do Brasil.

Perante esta conjuntura, tornou-se evidente a necessidade de se dar continuidade às políticas de acolhimento e integração de migrantes vertidas no PMIM, pelo que em 2018 o Município de Viana do Castelo candidatou-se ao Fundo para o Asilo, as Migrações e a Integração (FAMI), para a conceção do PMIM que vigorou até agosto 2020, com base no PEM. Face às bem-sucedidas práticas na área de integração de migrantes no concelho, o Município decidiu apresentar uma nova candidatura, para dar continuidade às ações que tem vindo a desenvolver no sentido não só, de um bom acolhimento e integração dos migrantes na comunidade, como tornar o concelho num território onde a diversidade e o diálogo intercultural sejam uma realidade.

É com este propósito que, em resposta ao Aviso 83/FAMI/2020 se elabora o presente PMIM para o período 2020-2022, com base no Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações, onde constam um conjunto de medidas de integração e acolhimento da população migrante, em geral, e dos NPT, em particular.

O PMIM teve por base um diagnóstico local, onde foi possível retratar as comunidades migrantes, dando conta das condições de habitação, trabalho, transportes, escola/formação, saúde, aspetos culturais e de tempos livres, dificuldades ou não no relacionamento com as instituições e serviços, problemas sociais, em geral, e as relações sociais dos migrantes.

2. METODOLOGIA

Considerando que o PMIM 2020-2022 vem dar continuidade aos Planos anteriores, que tiveram por base diagnósticos locais, envolvendo migrantes e instituições locais públicas e privadas, inquéritos por questionário e entrevistas, seguindo uma abordagem *bottom-up*, decidiu-se proceder à atualização dos dados, a partir de um inquérito por questionário aplicado a 200 NPT residentes no concelho, aquando do estudo realizado em 2020, sobre as políticas locais para imigrantes ¹. Este inquérito permitiu recolher informação sobre a composição familiar, modos de vida, habitação, causas da migração, emprego, saúde, aspetos de educação/formação, cultura e integração na comunidade, para além dos aspetos de relacionamento com entidades e serviços públicos, entre outras.

Foi recolhido, ainda, um conjunto de informações, através das Fontes Oficiais (INE, SEF, PORDATA), e de entrevistas a personalidades integradas em instituições fulcrais para as políticas de acolhimento e integração de migrantes e a cidadãos NPT das comunidades de imigrantes mais representativas (Brasil, Venezuela e S. Tomé e Príncipe) no concelho de Viana do Castelo –, enquanto plataforma representativa e de acompanhamento da implementação do PMIM.

¹ Aviso 44/FAMI/2019, Fundo: FAMI “Estudos sobre as Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal – Políticas locais para imigrantes”

3. DIAGNÓSTICO LOCAL

3.1. Indicadores Demográficos

A densidade populacional do concelho de Viana do Castelo é de 265 habitantes por km² (INE/PORDATA, 2020) emergindo na zona litoral do concelho um importante contínuo urbano de um elevado número de alojamentos que polarizam uma parte significativa da população residente, em contraste com a população do interior dispersa pelo território e caracterizada com uma baixa densidade populacional.

Com, aproximadamente, 319 km² (INE, 2019) o concelho de Viana do Castelo representa cerca de 14,36% da área da NUTS III Minho-Lima, 1,50% da área correspondente à região Norte e 0,36% da relativa a Portugal Continental, tendo a respetiva superfície permanecido inalterada, pelo menos, desde 2001.

O Município, com uma população de 84 417 habitantes (INE/PORDATA, 2019) é, atualmente, constituído por 27 freguesias. Entre 2001 e 2019, Viana do Castelo apresenta uma tendência de diminuição da população, perdendo 4 214 habitantes (-4,76%). Além de apresentar perda de população, no balanço entre natalidade e mortalidade, Viana do Castelo não é exceção em relação aos resultados da NUTS Norte e do país, em que o índice de óbitos (11,6‰) supera o dos nascimentos (7,4‰) (INE/PORDATA 2019).

Se a população com 65 anos ou mais, em 2001, representava 16,2 %, já em 2019 essa representação chega aos 22,9% da população total, o que evidencia um significativo aumento de envelhecimento populacional. Em relação à distribuição da população residente por grandes grupos etários, verifica-se não apenas um aumento do envelhecimento, mas também uma diminuição de natalidade. Se em 2001, Viana do Castelo tinha 14 180 habitantes (16% da população total) com menos de 15 anos, já em 2019 essa mesma população, nessa mesma faixa etária, diminui para 10 214 (12,1% do total), decréscimo esse que se deve à baixa natalidade. Na estrutura populacional do Município a faixa etária entre os 15 e os 64 anos, que em 2001 representava 67,8 % da população, em 2019 diminui para 65% (54 871 indivíduos). É de assinalar, ainda, que a população com 65 ou mais anos, em 2019, representa 22,9% (19 934) da população total do Município, ou seja, quase que duplica a população com menos de 15 anos (10 214). O crescimento demográfico é co-estruturado, entre outros fatores, pelo investimento de capital, pelos fluxos de mão-de-obra e circulação e retenção, ainda que temporal, de estudantes.

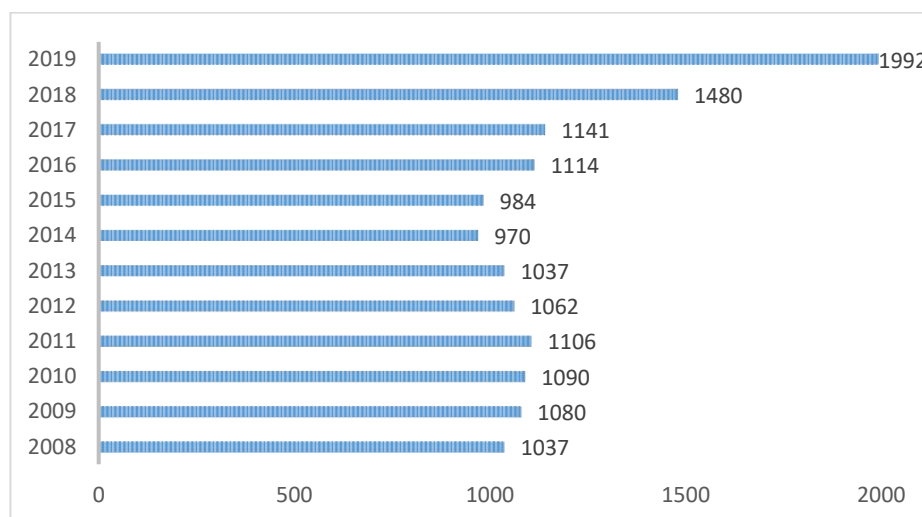
Em jeito de síntese, poder-se-á dizer que as estruturas demográficas em Viana do Castelo apresentam uma relativa tendência de decréscimo demográfico, com um processo de envelhecimento populacional e diminuição de natalidade.

3.2. A imigração em Viana do Castelo

Com a crise económica de 2008, o concelho de Viana do Castelo foi perdendo, não só população autóctone, por via da emigração jovem rumo a outros países da Europa, mais atrativos em termos de condições laborais e salariais, como também pelo retorno de alguns destes migrantes para os seus países de origem ou outros países europeus. A par da crise, refira-se que o perfil económico do concelho², com predomínio no setor terciário e nas microempresas, não o tornava uma região atrativa ao nível do mercado de trabalho, o que, só por si, poderia condicionar a fixação dos imigrantes ativos.

Contudo, e como já se referiu anteriormente, a partir de 2016, seguindo a tendência do que se verificava no país, começou a evidenciar um aumento gradual do volume de imigrantes. Segundo os dados do INE, em 2016 residiam no concelho 1 114 migrantes de 63 nacionalidades, dos quais 640 eram oriundos de países terceiros. Em 2018 (SEF, 2018), já se contabilizavam 1 480³ imigrantes no concelho, de 73 nacionalidades e em 2019 verificou-se um aumento de 25,7% (1 992) de imigrantes de 79 nacionalidades, face a 2018, sendo que, destes, 1 334 são NPT, conforme se pode verificar na Figura 1.

Figura 1 - Evolução da população estrangeira em Viana do Castelo 2008-2019



Relativamente às nacionalidades, 723 migrantes são oriundos de países europeus sendo a Espanha, França e a Itália os países mais representados, conforme se pode verificar no Quadro 1, onde constam as comunidades da União Europeia (UE) mais representativas existentes no concelho de Viana do Castelo.

² Diagnóstico social do concelho de Viana do Castelo

³ O distrito de Viana do Castelo, em 2018, contava com 3 706 migrantes (SEF, 2018)

Quadro 1 - Comunidades da União Europeia mais representativas no concelho de Viana do Castelo

	País	TOTAL	Nº Homens	Nº Mulheres
1.	Espanha	171	111	60
2.	França	143	75	68
3.	Itália	129	84	45
4.	Roménia	98	72	26
5.	Reino Unido	50	34	16
6.	Alemanha	33	23	10
7.	Bélgica	30	17	13
8.	Holanda	19	11	8
9.	Polónia	13	4	9
10.	Grécia	8	7	1
11.	Outros países da UE	29	16	13

(Sefstat, 2019)

No que se refere a cidadãos NPT, entre 2018 e 2019, o aumento foi muito significativo, já que, em 2018 residiam no concelho 887 NPT e em 2019 passaram a residir 1269, oriundos, sobretudo do Brasil, Ucrânia, S. Tomé e Príncipe, China e Cabo Verde, de acordo com o seguinte quadro (Quadro 2):

Quadro 2 -Comunidades de NPT mais representativas no concelho de Viana do Castelo

	País	TOTAL	Nº Homens	Nº Mulheres
1.	Brasil	724	306	418
2.	Ucrânia	79	35	44
3.	São Tomé e Príncipe	69	41	28
4.	China	63	36	27
5.	Cabo Verde	57	26	31
6.	Angola	49	28	21
7.	Venezuela	24	4	20
8.	Indonésia	20	20	0
9.	Índia	20	18	2
10.	Síria	15	6	9
11.	Outros países NPT	149	77	72

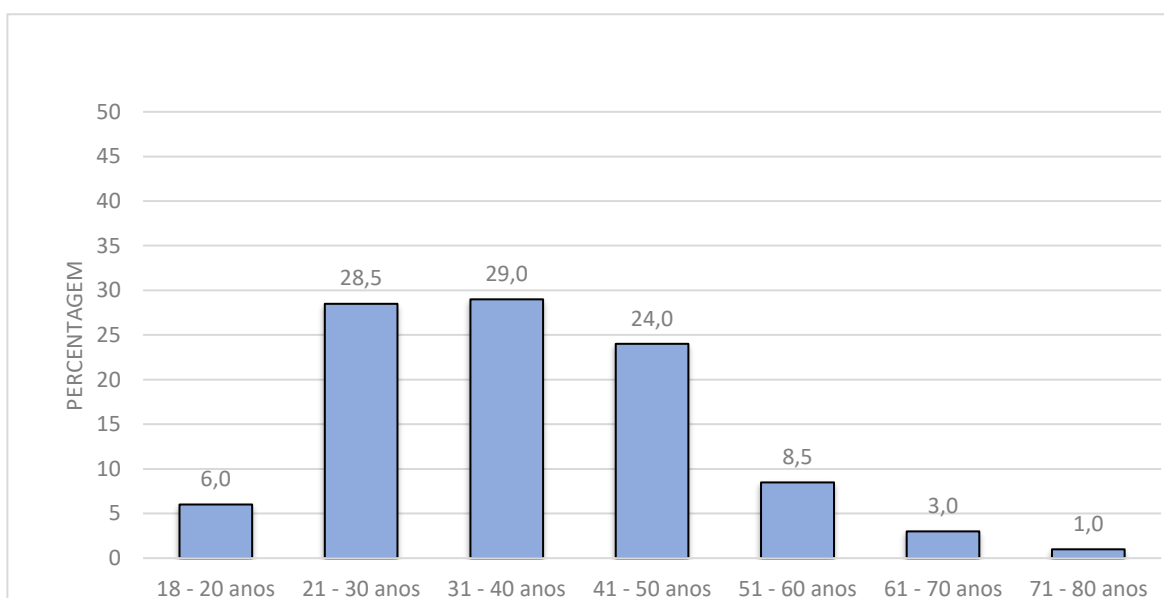
(Sefstat, 2019)

Conclui-se, portanto, que o concelho de Viana do Castelo, seguindo a tendência do país, é um território onde se começa a evidenciar uma crescente procura por parte da população migrante por um variadíssimo leque de razões, conforme se aferiu do inquérito, cujos resultados se passam a apresentar.

3.3. Caracterização da população inquirida

Começando pela caracterização da população inquirida, verifica-se que, na amostra constituída por 200 NPT, o sexo feminino está representado em 55,5% muito embora, na totalidade de imigrantes a residir em Viana do Castelo, predomine o sexo masculino, como, aliás, acontece no país. As idades variam entre os 18 e os 80 anos, sendo que o grupo etário predominante está situado entre os 21 e os 40 anos, logo seguido pelo grupo etário dos 41 aos 50 anos, o que significa que uma grande parte da população inquirida se encontra em idade ativa, conforme se pode verificar no Figura 2.

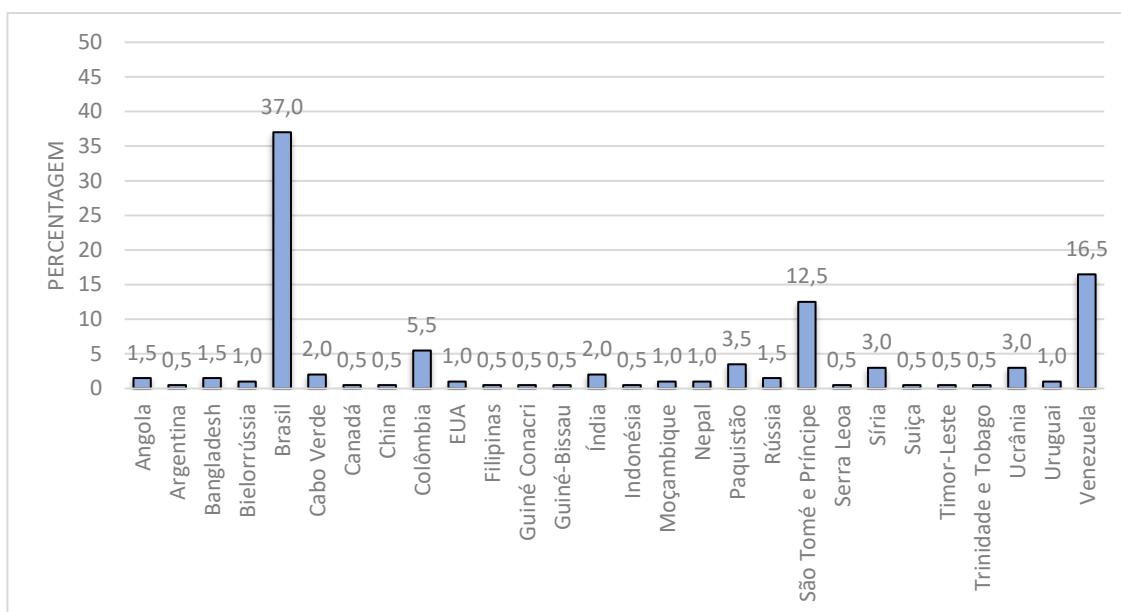
Figura 2 - Grupo etário dos inquiridos



No que concerne à idade da maior parte dos migrantes que escolheram Viana do Castelo para residir, verifica-se que mais de 80% se apresenta em idade ativa (entre os 21 e os 50 anos). Tendo em conta a tendência de quebra demográfica que Portugal tem evidenciado na sua pirâmide etária, pode-se considerar que existe a potencialidade de renovação demográfica por via das políticas de imigração, tendo em conta a predominância de grupo etários relativamente jovens entre a população migrante.

Relativamente ao país de origem dos inquiridos, verifica-se que são oriundos de 28 países, sendo que as mais representativas são a nacionalidade brasileira, com 37% dos inquiridos, seguida da venezuelana (16,5%), da são-tomense (12,5%), da colombiana (5,5%) e da ucraniana (3%), conforme Figura 3.

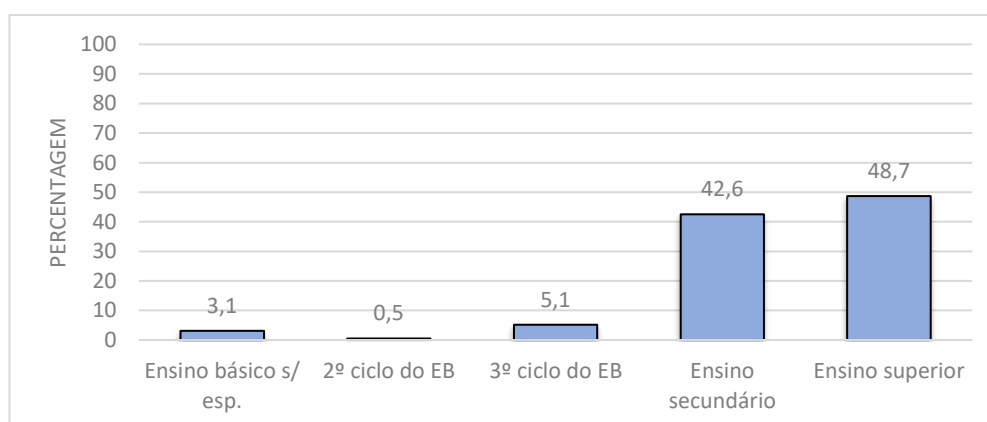
Figura 3 - Nacionalidade dos inquiridos



No que se refere ao estado civil dos inquiridos, verifica-se que 49,5% dos inquiridos são casados ou vivem em união de facto e 41,5% são solteiros.

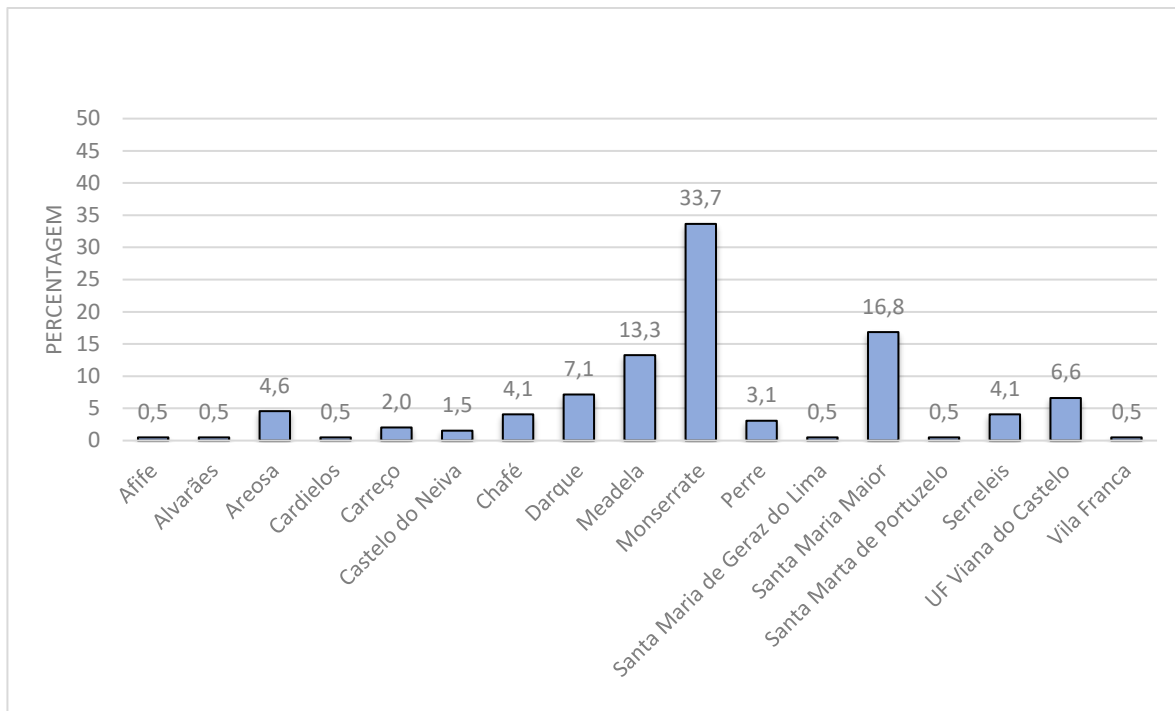
Tal como é possível verificar na Figura 4, no que diz respeito ao grau de escolaridade dos inquiridos, podemos dizer que o mesmo é relativamente elevado, já que metade dos inquiridos (48,7%) possui o ensino superior, enquanto 42,6% possui o ensino secundário. Apenas uma minoria apresenta um grau de escolaridade mais baixo, evidenciando uma mudança do perfil dos imigrantes que chegam ao país e ao concelho.

Figura 4 - Grau de escolaridade dos inquiridos



A maior parte dos inquiridos vive na União de Freguesias de Viana do Castelo (Meadela, Monserrate e Sta. Maria Maior), com predominância da freguesia de Monserrate, ou seja, na área urbana da cidade (Figura 5).

Figura 5 - Freguesia de residência

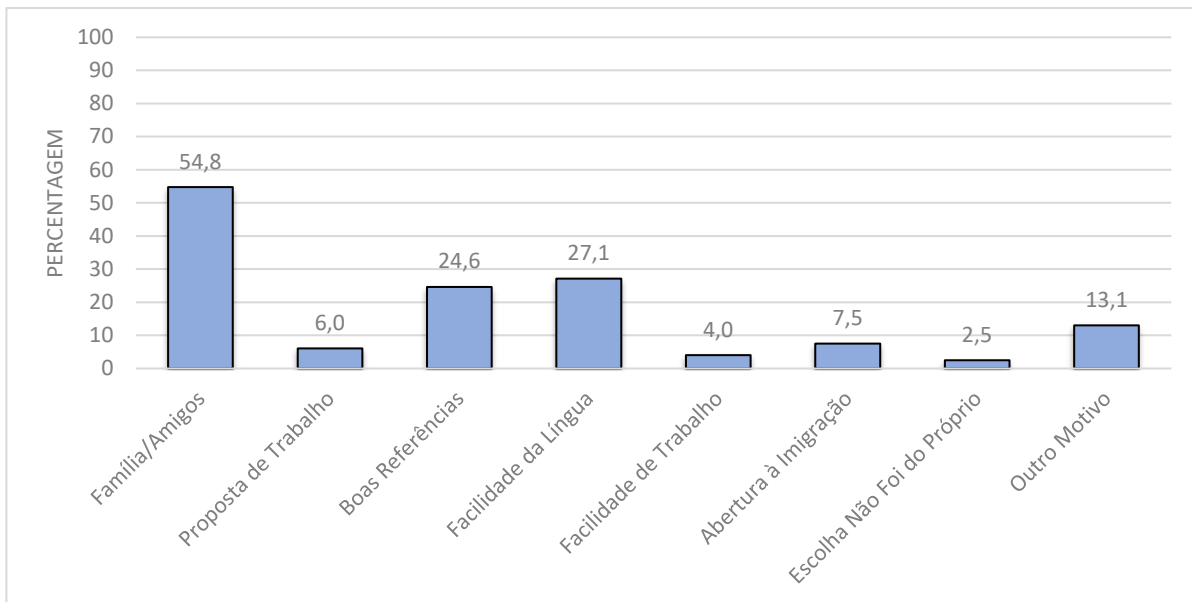


Não é de estranhar que assim aconteça, uma vez que é na cidade onde se encontram as maiores oportunidades de emprego e, também, onde se encontrará maior disponibilidade de alojamento, embora o alojamento, ou melhor, a falta dele, como poderemos verificar mais à frente, se tenha revelado um obstáculo à fixação de imigrantes no concelho. As características construtivas da freguesia de Monserrate, onde se verifica a maior densidade de construção da cidade e, por consequência, onde se podem encontrar os alojamentos a preços mais acessíveis, contribuem, também, para uma maior concentração de migrantes.

Quando se decide sair do país de origem e escolher outro país para viver e trabalhar, pensamos que haverá fortes motivos que determinam essa escolha, pelo que se considerou importante conhecer quais os fatores que os inquiridos apontavam para escolher Portugal como país de destino (Figura 6).

A esta questão, 54,8% dos inquiridos respondeu que foi o facto de ter família ou amigos a viver em Portugal o que mais pesou na sua decisão. Já para 27,1% foi a facilidade da língua. Ter boas referências do país foi o motivo apontado por 24,6% dos inquiridos.

Figura 6 - Motivos para escolher Portugal

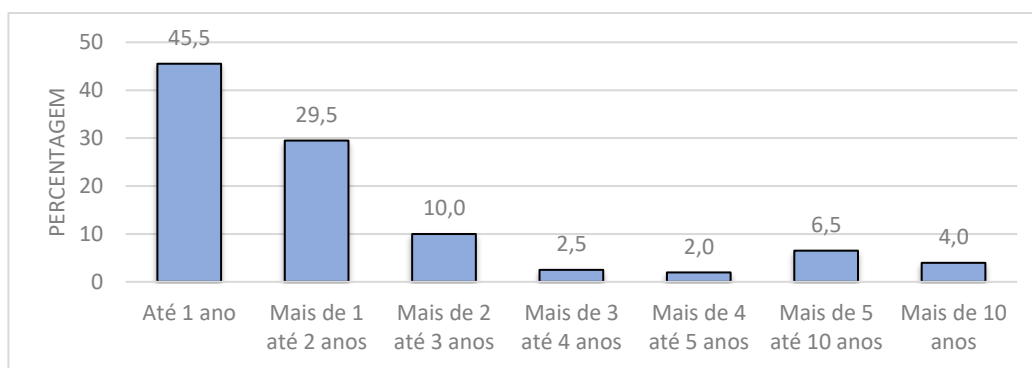


Outras razões relacionam-se com propostas de trabalho, facilidade em arranjar trabalho e abertura à imigração (17,5%), existindo ainda 4,5% que referem não ter sido uma escolha do próprio, 13,1% especificam outros motivos, entre os quais, o curso que pretendiam fazer, a segurança, o clima, a organização familiar, apreço pelo país e pelos portugueses. Verifica-se, ainda, referência ao facto de não ter outra opção. Pensamos que estamos perante um caso de “recolocação”, em situação de proteção internacional subsidiária.

Se na decisão da escolha de Portugal como país de destino foram tidos em conta determinados fatores considerados como mais importantes, era relevante perceber se a região de Viana do Castelo estava já incluída, logo à partida, nesses fatores ou se, pelo contrário, foi algo que aconteceu após a entrada dos inquiridos no país. As razões mais apontadas (49,6%) são as características da cidade, onde se inclui o facto de ser uma cidade pequena, calma, com infraestruturas e limpa. A família foi referida por 35,2% dos inquiridos, reportando-se às raízes familiares ou à presença da família na região. As questões relacionadas com o emprego/trabalho, a segurança, o património arquitetónico, cultural e natural (mar e praia), o facto de ter amigos na região, a oferta formativa e a rede de instituições de ensino são outros motivos apontados pelos inquiridos.

O fator segurança está muito presente nas respostas dos inquiridos quer no que se refere ao país quer à cidade de Viana do Castelo, uma vez que grande parte deles saiu de países com grande instabilidade política, geradora de conflitos, violência e perturbação social.

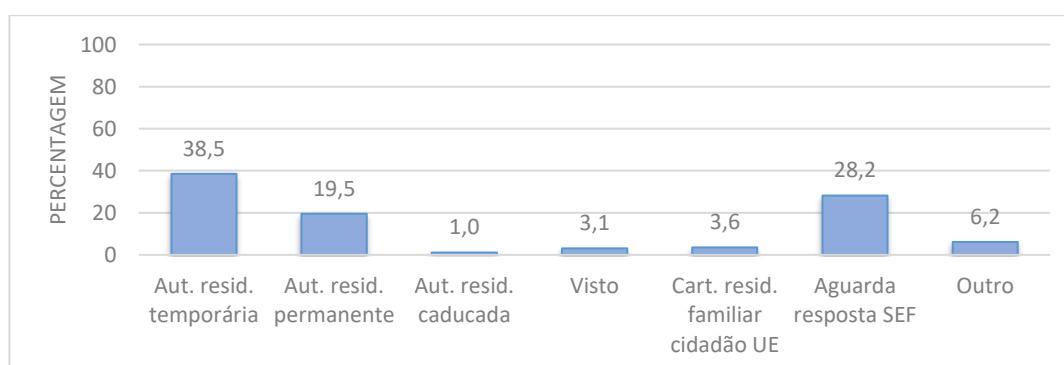
Figura 7 - Tempo de residência em Viana do Castelo



Verifica-se também, através da Figura 7, que a grande maioria dos inquiridos chegou a Portugal e a Viana do Castelo há menos de um ano (45,5%) e entre um e dois anos (29,5%). Podemos dizer que esta situação seria previsível, uma vez que a maior entrada de migrantes em Viana do Castelo se registou em 2019 (justamente na altura em que estava a decorrer o estudo), com mais 512 migrantes do que no ano anterior. (Sefstat, 2019)

Relativamente ao estatuto legal de residência em Portugal (Figura 8) a 38,5% dos inquiridos foi atribuída autorização de residência temporária, enquanto 28,2% ainda aguarda resposta ao pedido de autorização de residência por parte do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e apenas 19,5% dos inquiridos é detentor de uma autorização de residência permanente. Estamos perante um elevado número de NPT com entrada muito recente no nosso país, daí o facto de uma grande percentagem dos inquiridos ainda estar na fase do processo de regularização. Por outro lado, face ao aumento dos fluxos migratórios que se tem verificado no país e no concelho de Viana, com um crescimento maior no último ano, havendo mais entradas de migrantes, há implicitamente mais solicitações de autorização de residência e, por consequência, um maior demora na resposta por parte do SEF.

Figura 8- Estatuto legal de residência em Portugal

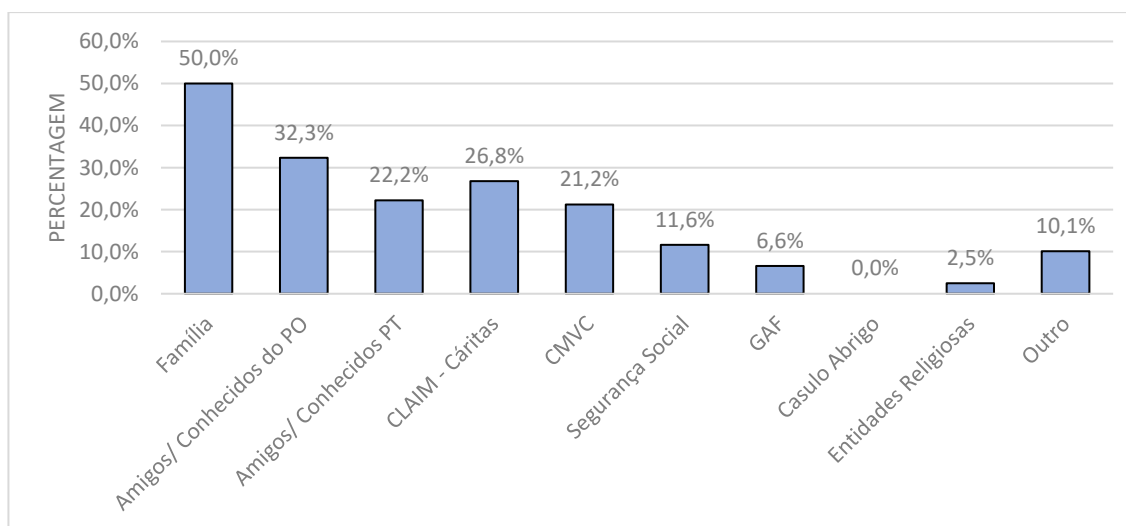


3.3.1. Apoios institucionais

Dada a importância que o acolhimento assume nos processos de integração dos migrantes nas comunidades de acolhimento, interessou-nos saber de que forma os inquiridos se sentem apoiados/ acolhidos aquando da sua chegada a Viana do Castelo, a fim de aferir se as respostas existentes na comunidade efetivamente correspondem às necessidades desta população. Dos 200 inquiridos, 99% referem ter recebido ajuda ou apoio desde a chegada a Portugal. No que concerne a apoios da rede primária ou informal, a família constitui o principal recurso de apoio, confirmado por 50% dos inquiridos, seguido de amigos e/ou conhecidos do País de Origem (PO) com 32,3%, sendo que 22,2% refere o apoio de amigos/conhecidos portugueses.

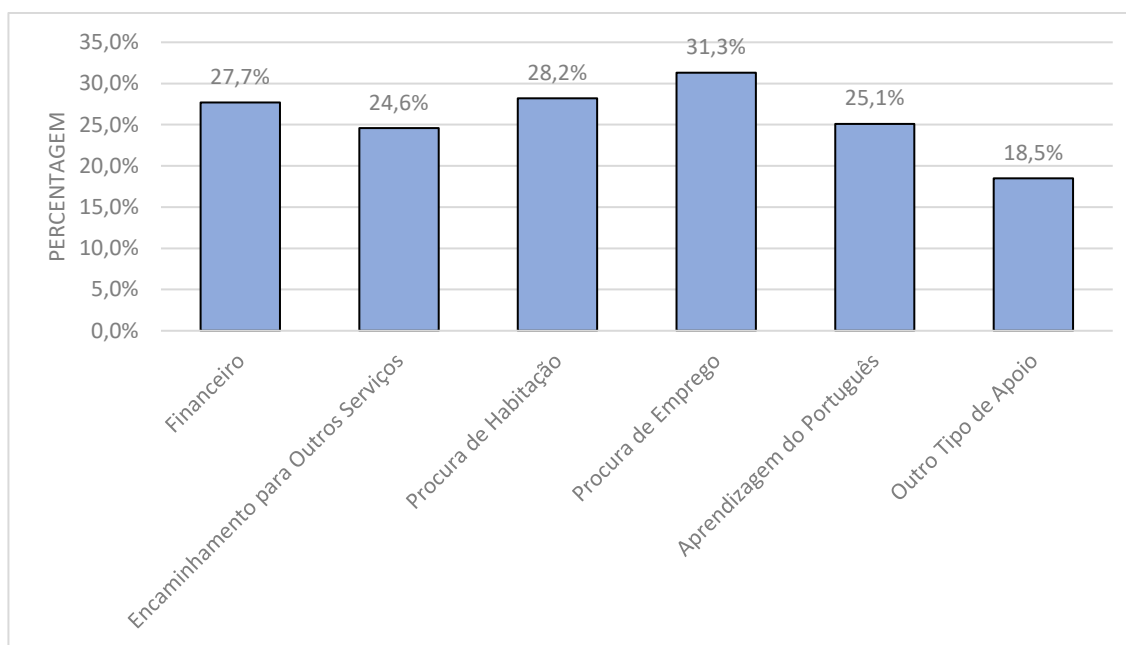
De entre as instituições que prestaram apoio aos migrantes (Figura 9), o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes da Cáritas Diocesana de Viana do Castelo é mencionado por 26,8% dos inquiridos, seguido da Câmara Municipal de Viana do Castelo (CMVC) com 21,2% e da Segurança Social com 11,6%. São referidas outras instituições com percentagens inferiores a 10%, tais como o Gabinete de Atendimento à Família (GAF) e entidades religiosas. Este resultado evidencia o que, de facto, já se referiu no enquadramento teórico quanto à necessidade de uma boa política de acolhimento, no sentido da integração efetiva dos migrantes.

Figura 9- Apoios no acolhimento



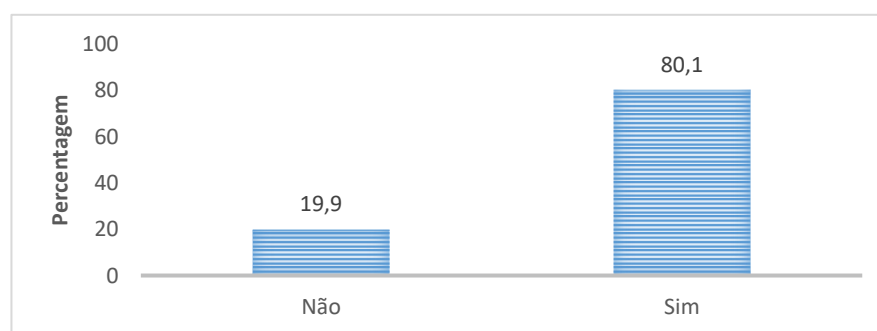
Para além destes, 17 inquiridos referem outros recursos, nomeadamente as instituições de ensino, entidades empregadoras, o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) e o SEF.

Figura 10 - Tipo de apoio recebido⁴



Dos inquiridos que mencionaram necessidade de apoio institucional, o mais referido relaciona-se com a procura de emprego (31,3%), seguido da procura de habitação (28,2%), do apoio financeiro (27,7%), da aprendizagem do português (25,1%) e do encaminhamento para outros serviços (24,6%). Salienta-se que 18,5% mencionam outro tipo de apoio, sendo o mais referido o apoio jurídico, seguido de bens de primeira necessidade e de apoio psicológico, afetivo/emocional (Figura 10). É de referir, ainda, que 3,8% considera que o apoio prestado foi inferior ao esperado.

Figura 11 - Inquiridos que recorreram aos serviços de saúde



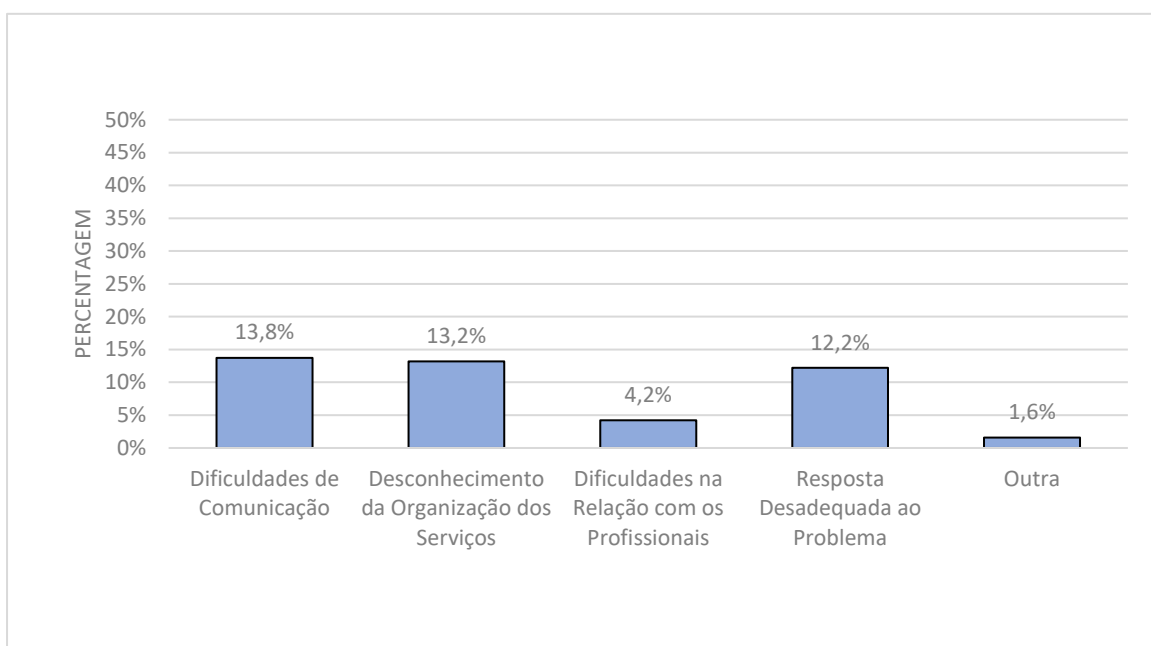
Relativamente aos serviços de saúde, verificamos que cerca de 80% dos inquiridos já recorreu aos serviços de saúde (Figura 11), 73,6% tem médico de família, 87% têm as vacinas em dia e apenas

⁴ Nesta questão era possível selecionar mais do que uma opção. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%, havendo 5 casos omissos.

9% mencionam ter doenças que exigem cuidados de saúde. Este último aspeto, de certa forma, pode-se dever ao facto de, na sua grande maioria, predominar grupos etários com a idade média de 37 anos.

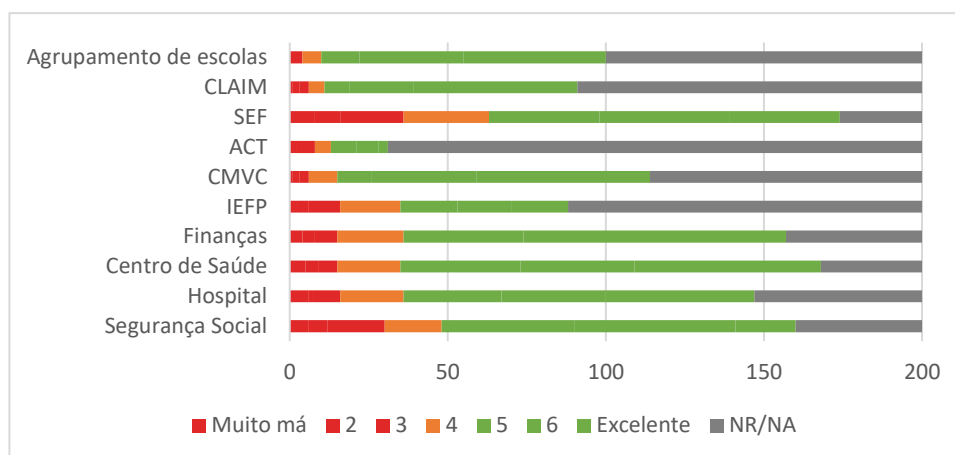
Quanto às dificuldades sentidas no atendimento e ou acesso aos serviços de saúde (Figura 12), 63,5% dos inquiridos, a maioria, não refere qualquer dificuldade. Quando são especificadas as dificuldades sentidas no atendimento, a comunicação/língua é a dificuldade mais sentida por 13,8% dos inquiridos. O (des)conhecimento da organização dos serviços de saúde (13,2%) e a resposta desadequada ao problema de saúde (12,2%) foram outras dificuldades apontadas. Há, porém 90,5% de inquiridos a referir que não teve dificuldades. Diríamos que, à partida, as questões da saúde em Viana do Castelo, de uma forma geral, não são um problema, muito embora ainda haja um caminho a percorrer para ultrapassar os constrangimentos da comunicação.

Figura 12 - Dificuldades no Atendimento/ Acesso a serviços de saúde



Como se verificou atrás, alguns inquiridos necessitaram de apoio institucional pelo que foi também avaliado o nível de satisfação dos inquiridos sobre as instituições a que recorreram. Numa escala ordinal entre 1 “muito má” e 7 “excelente”, a percepção dos imigrantes sobre as respostas dos serviços públicos às suas solicitações pode verificar-se na Figura 13. De uma forma geral, a avaliação é positiva em todos os serviços. A escala foi recodificada em 3 atributos, considerando-se de 1 a 3 - muito má/má, 4 - neutro, e de 5 a 7 - bom/excelente. Relativamente à avaliação de bom/excelente, as percentagens mais elevadas verificam-se nos Agrupamentos de Escolas (90,0%), no CLAIM com 87,9% e na CMVC com 86,8%.

Figura 13 - Avaliação da atuação dos serviços



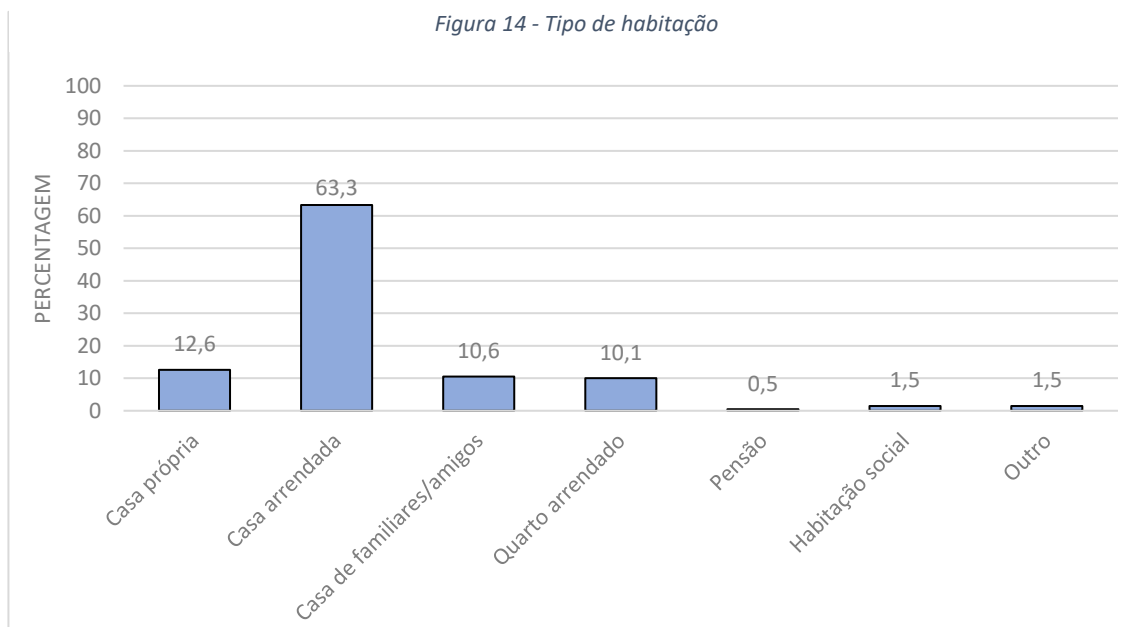
Os serviços que têm mais avaliações negativas são o SEF, a Segurança Social e o IEFP. Os motivos apontados para a avaliação negativa são o atendimento despersonalizado, a divergência da informação, a demora no atendimento, a pouca disponibilidade dos funcionários, a discriminação, a burocracia, a informação insuficiente e pouco objetiva. A divergência da informação e a desarticulação entre os vários serviços existentes, é um dos problemas apontados pelos inquiridos quando avaliavam negativamente os serviços. Esta questão da articulação entre as instituições foi colocada aos representantes das instituições entrevistados que nos foram dizendo que a articulação existe, mas de forma informal, dando a perceber que esta, de facto, é uma falha do sistema e que prejudica os processos de integração.

3.3.2. Habitação

Embora, durante muito tempo, no concelho de Viana do Castelo não houvesse evidência de escassez de habitação ou especulação imobiliária, nos últimos cinco anos tem-se verificado uma viragem no mercado imobiliário. O aumento do número de imigrantes impulsionou o mercado de arrendamento, principalmente na área urbana e, por isso importou aferir até que ponto o mercado imobiliário está a corresponder às necessidades atuais.

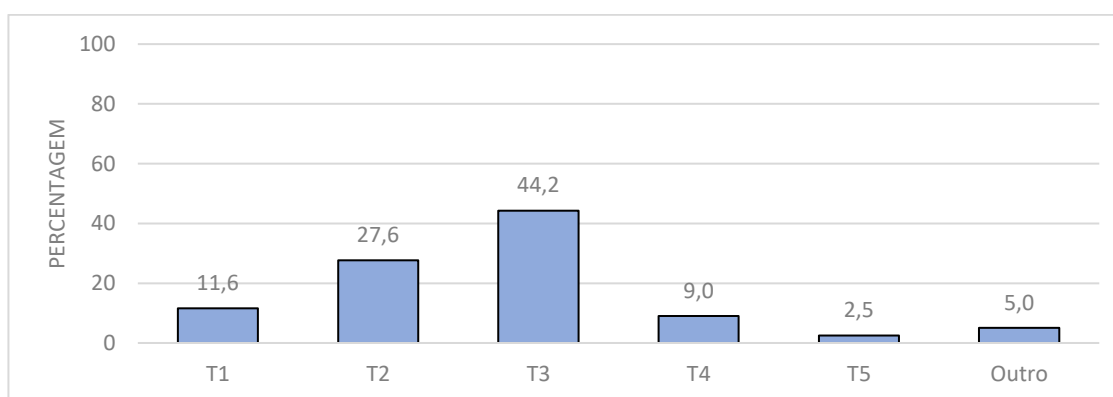
Observando o tipo de habitação dos migrantes inquiridos, mais de 63 % mora em casa arrendada, havendo, contudo, 12,6% que tem casa própria, enquanto 10,6% vive em casa de familiares ou de amigos, e 1,5% usufrui de uma habitação social, tal como a figura 14 nos dá conta.

Figura 14 - Tipo de habitação



Quanto à tipologia de alojamento, predomina o T3 (44,2%), seguido de T2 (27,5%) e T1 (11,6%), sendo que 11,5% mora em tipologias iguais ou superiores a T4 (Figura 15).

Figura 15 - Tipologia de habitação



Se 50% dos inquiridos não sentiu dificuldade em arranjar habitação, já 44,5% sentiu dificuldades e os restantes 5,5% ou ainda não procurou habitação ou não respondeu. Das 89 pessoas que referiram dificuldades em encontrar alojamento, a razão mais apontada é o valor da renda (42,7%), seguida da discriminação e da caução elevada (27%), escassez da oferta (22,5%) e exigência de fiador (20,2%). Com menos de 10% são referidas, entre outras, a burocracia, a inexistência de pessoas de referência ou a falta de recursos financeiros.

Estas dificuldades dos inquiridos são reforçadas nas entrevistas aos informantes privilegiados NPT. Um destes informantes, representando um grupo de estudantes de S. Tomé e Príncipe, aponta

a questão da habitação como muito problemática, sobretudo para quem vem para Portugal com elevadas expectativas e se depara com a escassez e a exigência dos proprietários.

De salientar a questão de sobrelotação das habitações que não era, até muito recentemente, um problema existente no concelho, mas que se começa a evidenciar de acordo com dados recolhidos em entrevista junto de algumas instituições locais, bem como dos próprios migrantes.⁵

De referir, ainda, a falta de alojamentos temporários suficientes para responder às situações de emergência, e para receber refugiados enviados pelo Conselho Português para os Refugiados (CPR), quando estes manifestam vontade de se fixarem em Viana do Castelo. A este propósito, o Município encontra-se em fase de elaboração do diagnóstico e estratégia de habitação do Concelho que ajudará a colmatar as necessidades apresentadas.

3.3.3. Emprego e situação profissional

O acesso ao emprego é fundamental para a integração efetiva dos migrantes na comunidade de acolhimento e, por isso as políticas locais de integração passarão por implementar medidas e criar mecanismos para apoiar a sua inserção no mercado de trabalho.

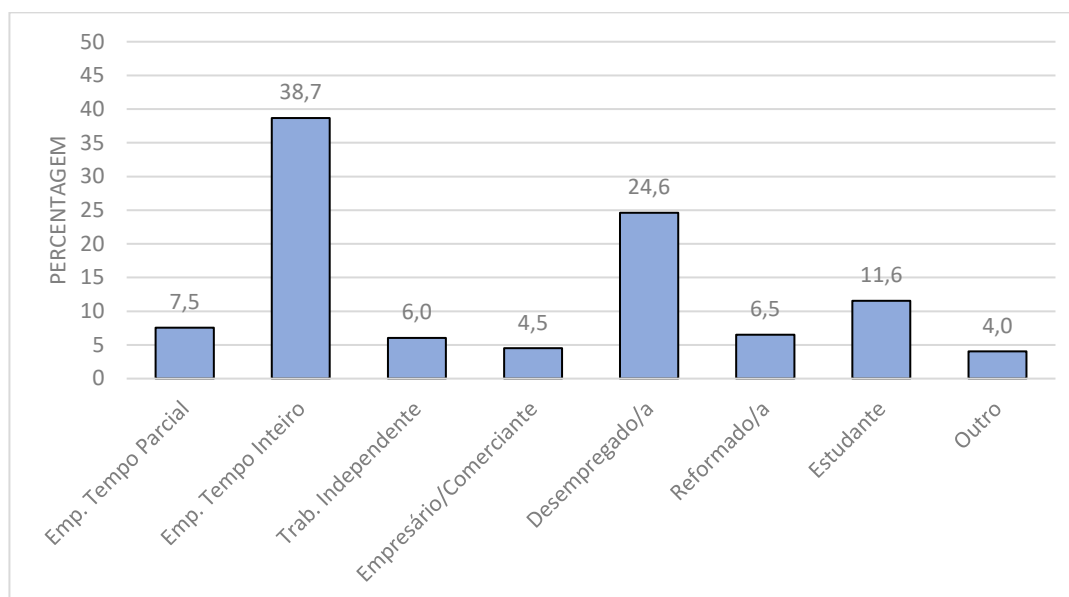
No que se refere aos inquiridos, tal como a Figura 16 mostra, verifica-se que a maioria (56,7%) está inserida no mercado de trabalho, sendo que, destes, 38,7% possui um contrato de trabalho a tempo inteiro, 7,5% trabalha em regime de tempo parcial, 6% são trabalhadores independentes e 4,5% são empresários.

Ainda assim, além dos 11,6% estudantes, há 24,6% desempregados entre os inquiridos, apesar do IEFP referir que apenas 5,4% (do total de NPT que residem no concelho de Viana do Castelo) se encontram inscritos como desempregados. Pensamos que muitos destes migrantes, por um variado leque de razões, nomeadamente o facto de estarem a aguardar a regularização ou por falta de informação, não estejam inscritos no IEFP, advindo daí a discrepância nos números. Estes números mostram-nos que o desemprego desta população é bastante elevado, tendo em conta que o inquérito foi aplicado em 2019, num contexto económico favorável, de acordo com o SEF (2019). Importa referir ainda que, 53,5% dos inquiridos referiu dificuldades de inserção no mercado de trabalho, com a insuficiente oferta, o elevado período de tempo sem emprego (30,8%), as questões burocráticas e legais relacionadas com processos de regularização, (24,3%), a inadequação do posto de trabalho às expectativas dos candidatos, à sua formação ou à experiência no país de origem (19,6%), o domínio do português (15,9%), os horários, nomeadamente no que se refere a trabalho por turnos, as horas de trabalho e a impossibilidade de compatibilizar com a vida familiar (15%), a discriminação por questões de cor, raça, religião ou sexo. Houve, ainda, referências ao assédio moral (3,1%) e aos baixos

⁵ Entrevistas a informantes privilegiados.

salários (11,2%), bem como ao tipo de duração dos contratos, à insuficiente formação ou experiência profissional, à morosidade nos processos de recrutamento, entre outras.

Figura 16 - Situação profissional



Relativamente à profissão⁶ dos inquiridos no seu país de origem, verifica-se que os grupos profissionais mais representados são os especialistas de atividades intelectuais e científicas (24,5%), seguidos do grupo dos representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (11%) e do grupo dos trabalhadores de serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores (11%). Com menos de 10%, por ordem decrescente, são referidos os técnicos e profissões de nível intermédio, o pessoal administrativo, os trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices, os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta, e os trabalhadores não qualificados. O grupo menos representado é o dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem.

Quanto à profissão atual dos inquiridos verifica-se um predomínio do grupo profissional “Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices” (24,3%) seguido dos “Trabalhadores de serviços pessoais, de proteção, segurança e vendedores” (22,9%), e dos Trabalhadores não qualificados (20,0%). As profissões com mais qualificação representam 7,8%.

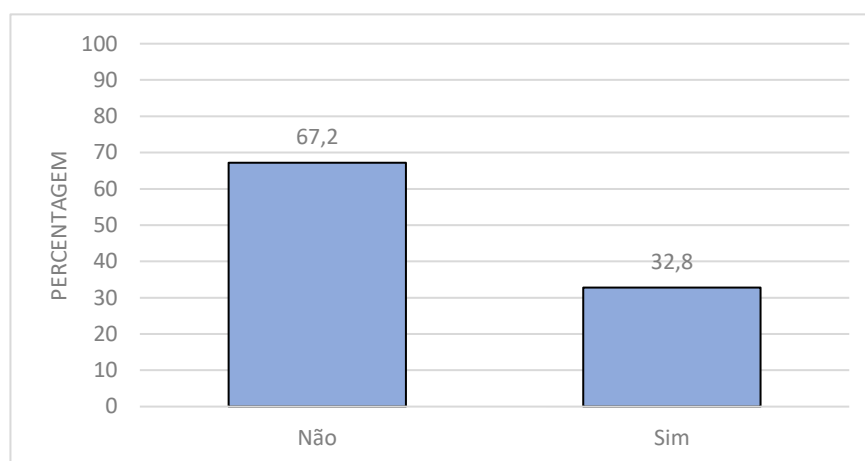
Fazendo a comparação entre a profissão exercida no país de origem e a exercida atualmente, em Portugal, verifica-se uma inversão na posição dos grupos profissionais, passando para a

⁶ A profissão foi reagrupada segundo a Classificação Nacional de Profissões, de acordo com os grandes grupos. Foram ainda incluídos os estudantes, as domésticas e uma categoria denominada inespecífico, uma vez que não é possível categorizar a profissão (trabalhadores independentes).

percentagem mais baixa (7,8%) o grupo que predominava (profissões com mais qualificações). Percebemos que, apesar de exercerem funções em profissões que exigem menos qualificações, os inquiridos aceitam esta situação, devido à importância que o emprego assume na sua integração.

A baixa importância dada às qualificações dos migrantes, por parte das entidades empregadoras, é evidenciada pelos resultados já referidos, pelo que consideramos que uma forma de os imigrantes ultrapassarem este constrangimento, será o recurso à formação profissional em áreas do seu interesse e que respondam às necessidades do mercado de trabalho.

Figura 17 - Participação em formação profissional



Questionados os inquiridos sobre a importância de formação profissional e complementar para inclusão no mercado de trabalho, verifica-se na Figura 17 que 67,2% não frequentou qualquer formação, podendo parecer paradoxal já que 55,5% dos inquiridos informou que a formação complementar poderá contribuir para a inserção no mercado de trabalho. Na especificação dos contributos da formação, o mais referido é a qualificação profissional (33,0%), a possibilidade de arranjar/mudar de emprego (30,2%), a integração na sociedade (21,7%) e a aquisição e/ ou desenvolvimento de conhecimentos e competências (20,8%).

Destas respostas, embora a maioria considere que a formação pode contribuir para a sua inserção no mercado de trabalho, depreende-se que uns não a consideram uma prioridade e outros tiveram alguma dificuldade no acesso à mesma. A dificuldade mais referida é a prioridade em arranjar trabalho ou continuar os estudos (32,4%), seguido de não ter procurado formação ou não ter tido oportunidade de o fazer (18,9%), e de não ter documentos de legalização ou habilitação (16,2%). Outras razões apontadas com menor frequência são a incompatibilidade de horários, o idioma, o valor da participação, entre outras. Há que referir que as regras vigentes no que diz respeito à questão da legalização, bem como à ausência do certificado de habilitações emitido no país de origem, são

constrangimentos apontados quer pelos imigrantes quer pelas instituições, uma vez que existem contradições e colisão com os normativos legais.

Quanto às áreas de interesse em termos de formação profissional, a mais referida são as línguas (56,9%), a hotelaria, turismo e restauração (25%), gestão e administração (23,4%) e informática (22,4%).

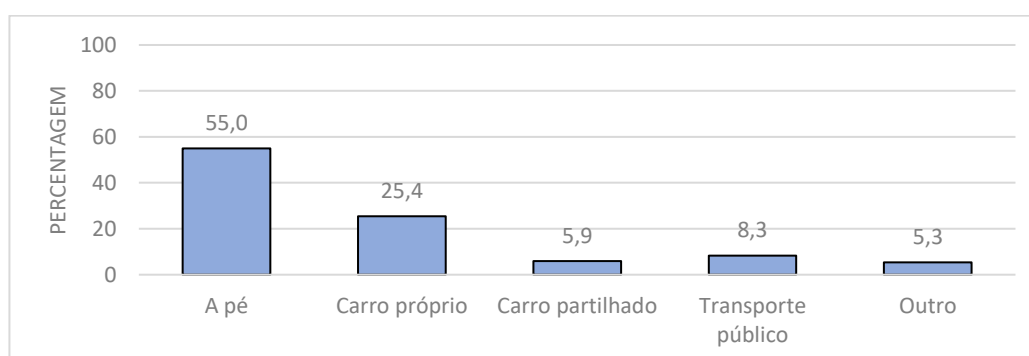
São ainda referidas outras áreas com percentagem inferior, como estética, comércio, saúde, desenvolvimento pessoal, entre outras. Na especificação de “outras” áreas de formação, são apontadas as áreas de educação, eletricidade, gerontologia/geriatria e soldadura.

3.3.4. Transportes

Uma das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho referida por alguns dos inquiridos é a falta de transportes, que a seguir daremos conta, sobretudo para os que vivem fora da área urbana da cidade.

Quando questionados acerca do meio de transporte utilizado nas deslocações para o emprego ou escola, observa-se, pelos resultados da Figura 18, que a maioria se desloca a pé (55%) seguido da modalidade “carro próprio” (25,4%), sendo os transportes públicos utilizados por 8,3% dos respondentes. O carro partilhado é referido por 5,9% e 5,3% refere “outros meios” de transporte, nomeadamente boleias e autocarro da empresa. É ainda de referir que 15,5% não responderam à questão.

Figura 18 - Meios de transporte utilizado

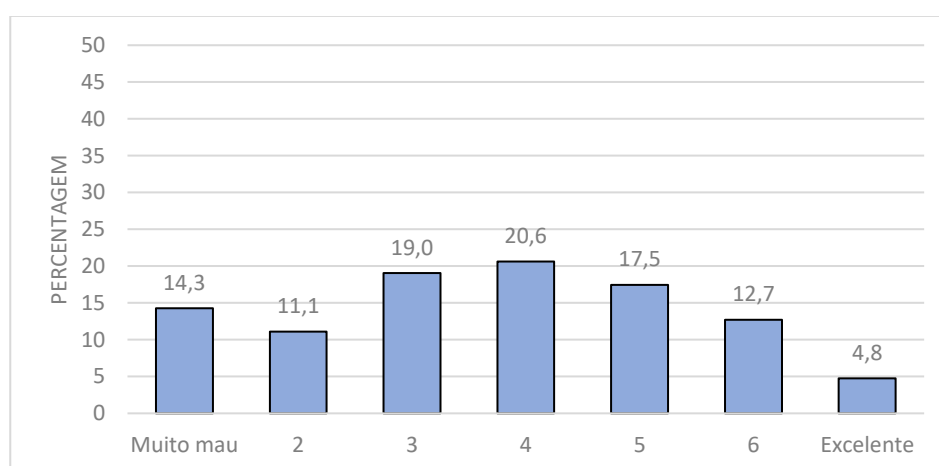


Olhando para os números, poderá parecer que a falta de transportes não será um problema, tanto mais que a grande maioria dos inquiridos afirmou que não tem dificuldade na deslocação para o emprego ou escola e apenas 10% referiram ter dificuldades. Estas respostas justificam-se porque a maioria vive na periferia da cidade ou na própria cidade que, sendo de pequena dimensão, permite a deslocação a pé. Mas quando é necessário utilizar o transporte público para fora da cidade e concelho

as respostas são muito diferentes. A rede de transportes deficitária, a distância da paragem, o preço elevado dos transportes face ao vencimento que auferem, são as dificuldades mais referidas.

Numa escala de 1 a 7, em que 1 é “Muito má” e 7 equivale a “Excelente”, 44% dos inquiridos avaliou negativamente a regularidade e frequência dos transportes públicos (Figura 19), enquanto que 35% avalia a frequência dos transportes entre “Boa” e “Excelente”. Em entrevista a alguns migrantes tivemos conhecimento que alguns tiveram de adquirir transporte próprio, pois de outra forma seria impossível encontrar um emprego, dada a dificuldade em encontrar transporte público para os polos industriais. Outros que viviam fora da cidade, nomeadamente na freguesia de Chafé (Amorosa), foram tiveram de procurar casa na cidade, por ser mais fácil o acesso ao transporte e, consequentemente ao emprego.

Figura 19 - Avaliação da frequência/regularidade dos transportes públicos



Tendo em conta que as áreas de maior empregabilidade dos imigrantes no concelho são a indústria, a restauração e os serviços e considerando o número relativamente elevado de desempregados, interessou-nos aferir até que ponto o empreendedorismo e a criação do próprio negócio, poderiam estar no seu horizonte, enquanto oportunidade de empregabilidade.

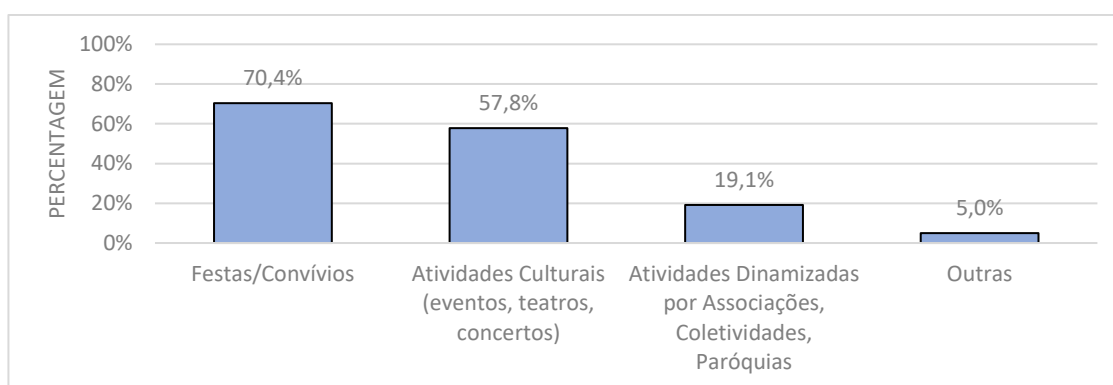
Relativamente ao empreendedorismo apenas 17 migrantes têm negócio próprio e não tiveram apoio para a instalação do seu negócio. Destes, 8 não responderam à questão relativa às dificuldades. Dos restantes, 1 referiu que não teve dificuldades e os outros 8 referiram as questões burocráticas relacionadas, por exemplo, com o licenciamento, as questões financeiras relacionadas com falta de apoio de linhas de crédito, de apoios comunitários ou outros, os impostos, as dificuldades no aluguer de espaços, ou má-fé dos senhorios e o reduzido número de clientes face à área de negócio. Parece-nos que, em Viana do Castelo, não haverá condições para a promoção do empreendedorismo migrante, sem uma profunda reflexão por parte das autoridades, nas condições de acesso a crédito e sem uma política de integração.

3.3.5. Informação, participação e lazer

Para além das atividades culturais, sociais, recreativas e de lazer que decorrem no concelho, o Município de Viana do Castelo, no âmbito dos seus Planos Municipais para a Integração de Migrantes, tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades desta natureza, em parceria com as diversas entidades locais, destinadas a migrantes e à comunidade de acolhimento, com o objetivo de promover a integração e a coesão social. Neste sentido, interessou-nos conhecer o nível de participação nestas atividades⁷, começando pela ocupação dos tempos livres dos inquiridos.

Relativamente a esta questão, percebemos que a maioria dos inquiridos ocupa o seu tempo livre a caminhar/passear (46,1%) e na prática de atividades desportivas ou em ginásios (26,7%). Atividades como a utilização dos *media*, usar a internet e ver filmes, são referidas por 17,3%. São ainda referidas outras atividades culturais como concertos, exposições, teatro, leitura, música, dança e o turismo. Porém, 11% dos inquiridos refere não praticar ou participar em atividades e 0,5% refere que não tem tempo livre.

Figura 20 - Participação em atividades socioculturais, recreativas e de lazer⁸



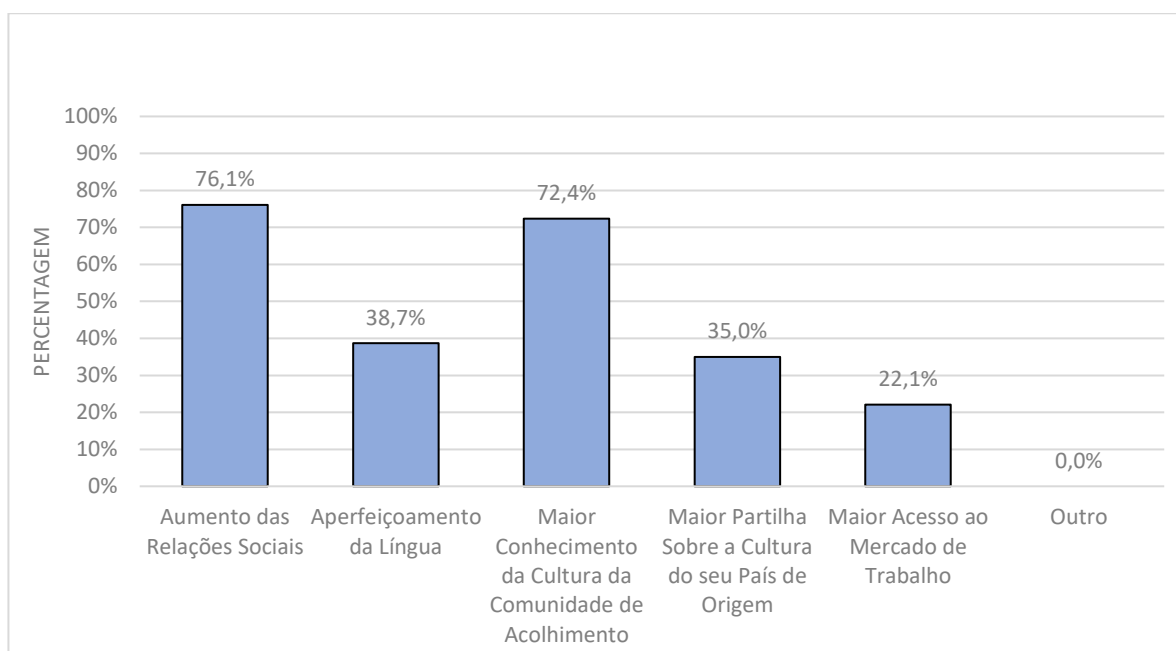
Quanto às atividades em que os inquiridos participaram desde que vivem em Viana do Castelo (Figura 20), as mais referidas são as festas e convívios (70%) e atividades culturais com 57,8% dos inquiridos. Participar em atividades organizadas por coletividades é referenciada por 19% dos inquiridos. Nas outras atividades referidas (5%), encontram-se as atividades dinamizadas pela Câmara, atividades religiosas e atividades organizadas pela escola dos filhos, entre outras. Dos 200 migrantes, 83% participaram em, pelo menos, uma atividade.

⁷ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

⁸ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

No que se refere à contribuição das atividades para a integração (Figura 21) na comunidade de acolhimento⁹, 76,1% referiram que estas atividades contribuem para promover o aumento das relações sociais, 72,4% mencionaram permitir conhecer melhor a cultura da comunidade de acolhimento e uma maior partilha sobre a cultura do seu país de origem e 38,7% referiu que contribuem para o aperfeiçoamento da língua. Houve inquiridos que mencionaram contribuir para um maior acesso ao mercado de trabalho.

Figura 21 - Contributo das atividades na integração de migrantes



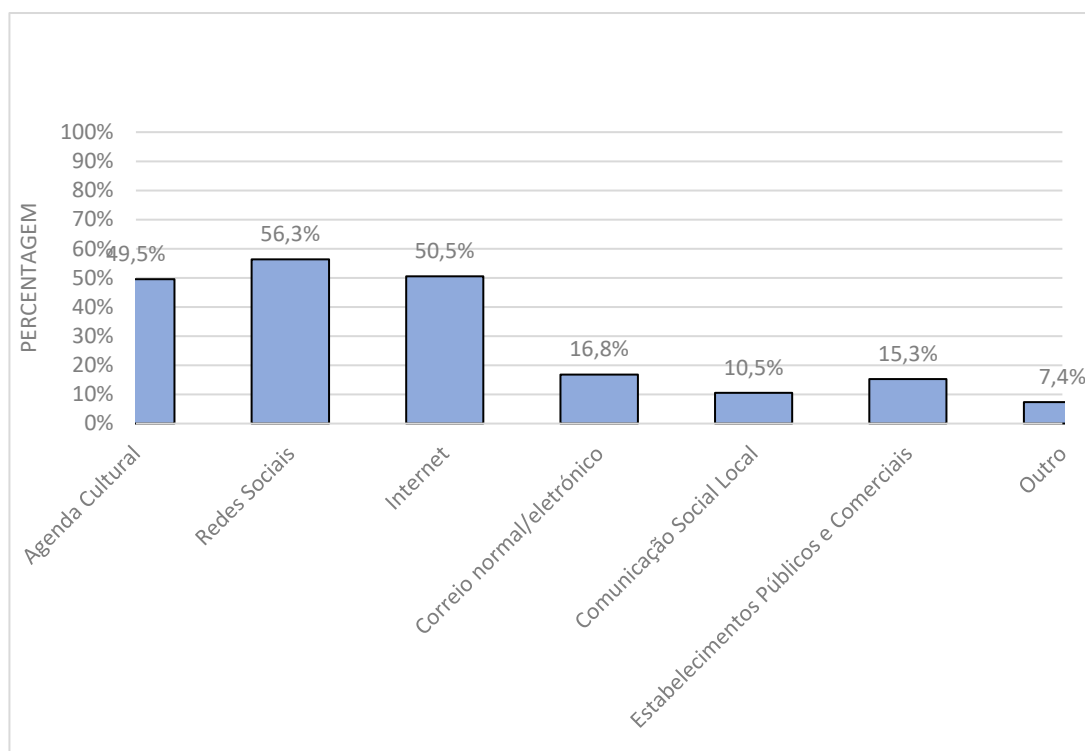
É evidente que é necessário que os migrantes disponham de acesso à informação para tomarem conhecimento e participarem nas atividades culturais e outros eventos que decorrem em Viana do Castelo. Assim, questionados sobre os meios de informação¹⁰ ao seu alcance (Figura 22), as redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp) e a internet em geral, com 56,3% das respostas, seguidas pela Agenda cultural com 49,5%, foram os meios mais referidos. O correio eletrónico (16,8%) e os estabelecimentos públicos e comerciais (15,3%) também foram referidos como meio de divulgação.

A comunicação social local é a menos mencionada (10,5%) e 7,4% dos respondentes referem ainda outros meios como o trabalho, os amigos, a CMVC, a Escola e a sua rede de contactos.

⁹ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

¹⁰ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

Figura 22 - Meio de conhecimento das atividades em Viana do Castelo¹¹



Uma das formas de sensibilizar a opinião pública para as questões das migrações, pode passar pelo conhecimento de alguns aspetos da cultura dos países de origem dos migrantes. Questionados sobre o interesse em dinamizar oficinas sobre a cultura do seu país, 52,5% manifestou interesse e 4% não respondeu.

Dos 105 que responderam, as oficinas mais referidas foram a gastronomia com 66,3%, seguida da língua do país de origem (14,9%), as danças (11,9%), o canto e a música (11,9%). Outras atividades referidas são a etnografia, folclore, teatro, vestuário e moda, artesanato, entre outras.

A participação cívica é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa e, por isso, interessou-nos saber qual o nível de participação dos inquiridos na vida pública, nomeadamente se pode ou não votar em Portugal (Quadro 3).

¹¹ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

Quadro 3 – Possibilidade de voto em Portugal

	Frequência	Percentagem
Não	165	82,5%
Sim, mas não o faz regularmente	19	9,5%
Sim, e fá-lo regularmente	7	3,5%
NR/NA	9	4,5%
TOTAL	200	100%

Das 191 respostas válidas, 82,5% inquiridos responderam que não podem votar em Portugal, e dos 26 que declararam ter direito a votar, apenas 19 o fizeram regularmente¹².

No que se refere ao associativismo, o que sobressai no quadro 4, é que apenas onze inquiridos responderam fazer parte de uma “associação ou grupo”, o que tirando quatro casos omissos de resposta, 185 responderam que não fazem parte de alguma associação, pelo que se pode provisoriamente concluir que há pouca participação em contexto associativo.

Quadro 4 - Participação em associação ou grupo

	Frequência	Percentagem
Não	185	92,5%
Sim	11	5,5%
NR/NA	4	2,0%
TOTAL	200	100%

Contudo, dos 195 casos válidos da amostra, mais de metade (52,6%) afirma desejar filiar-se numa associação de migrantes, o que revela a necessidade de pertencer e frequentar um local onde possam obter um apoio mais próximo às suas necessidades e participar em eventos culturais e recreativos.

¹² De referir que os NPT podem votar nas eleições dos órgãos das autarquias locais, desde que inscritos no recenseamento no território nacional, para além de todos os cidadãos portugueses e, ainda, os cidadãos dos 26 estados-membros da U.E., os cidadãos do Brasil e Cabo Verde, Argentina, Chile, Colômbia, Islândia, Noruega, Nova Zelândia, Peru, Uruguai e Venezuela. (Declaração n.º 30/2017 de 3 de maio do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Administração Interna). Para a Assembleia da República e Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas podem votar os cidadãos brasileiros titulares do Estatuto de Igualdade de Direitos Políticos (Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Porto Seguro em 22 de abril de 2000). <https://www.acm.gov.pt/pt/> acedido em 21 julho 2020.

No que concerne a ações de voluntariado praticadas pelos migrantes, dos 195 respondentes, apenas 14 afirmaram ter envolvimento em ações de voluntariado, como o acompanhamento de vizinhos ao médico (1), ambiente e proteção da natureza (1), apoio a migrantes recém-chegados (1), bombeiro voluntário (2), apoio a IPSS (1), dar sangue (1), escutismo – dirigente (1), *Refood* (1), restauro e fotografia histórica (1), socorrismo (1) e prestar gratuitamente serviços de tradução (1).

Relativamente à participação cívica ou em ações públicas, o Quadro 5 mostra que entre os 195 respondentes, apenas 5 afirmaram ter participado em algum tipo de ação pública.

Quadro 5 - Participação em algum tipo de ação pública

	Frequência	Percentagem
Não participou em ações públicas	190	95%
Participou em alguma ação pública	5	2,5%
NR/NA	5	2,5%
TOTAL	200	100%

Esta reduzida participação cívica poderá ser percecionada principalmente pela falta de interesse e/ou falta de informação. Não é claro se a falta de tempo também influencia esta ausência nas atividades associativas.

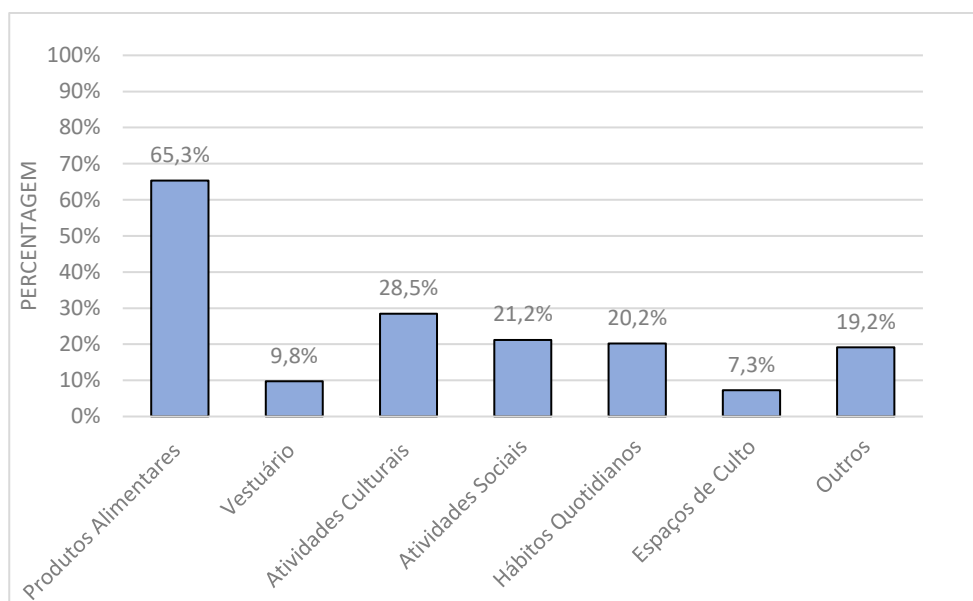
3.3.6. Cultura e relações de proximidade

Dadas as diferenças culturais que existem entre o país de origem e o país de acolhimento, apesar da globalização e massificação dos consumos, nomeadamente nos países desenvolvidos em que estas diferenças se têm vindo a diluir, há hábitos culturais muito diferenciados, que dificilmente se encontram no país de acolhimento e cuja falta pode contribuir para a não adaptação a uma nova cultura.

À questão sobre o que mais sente falta ¹³do seu país de origem (Figura 23) e que não encontra na região de Viana do Castelo, 97% dos inquiridos refere os produtos alimentares (65,3%). As atividades culturais são mencionadas por 28,5%, as atividades sociais por 21,2% e os hábitos do quotidiano por 20,2%. Os menos referidos são os espaços de culto (7,3%) e o vestuário (9,8%).

¹³ Esta questão permitia selecionar mais do que uma resposta. Assim, a percentagem corresponde à proporção face ao número total de respostas. A percentagem de casos corresponde à proporção face ao total de participantes que responderam e, por isso, o total é superior a 100%.

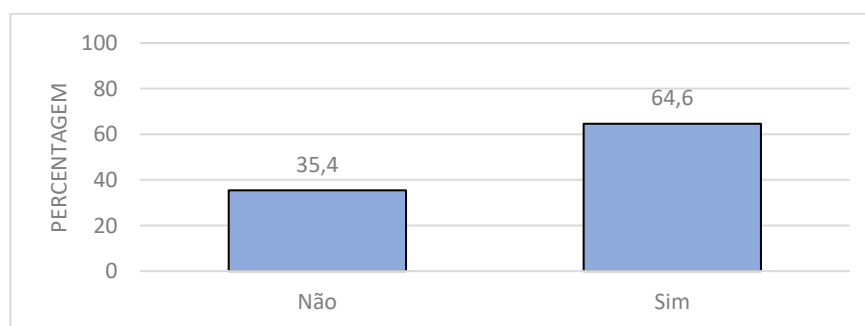
Figura 23 - Aspetos do país de origem de que sente falta



Há ainda 37 inquiridos que referem outros, salientando-se o clima (41,7%), a família (30,6%) e a gastronomia (13,9%). Com valores inferiores a 10%, são indicados, entre outros, parques públicos/praias, recursos de saúde especializados.

Os locais de residência e a proximidade das relações de vizinhança podem também contribuir para uma boa integração em qualquer comunidade, pois os vizinhos serão aqueles com quem o migrante se vai cruzar no seu quotidiano e constituirá a sua rede de suporte mais próxima, na ausência de familiares e amigos.

Figura 24 - Conhece ou sabe quem são os seus vizinhos

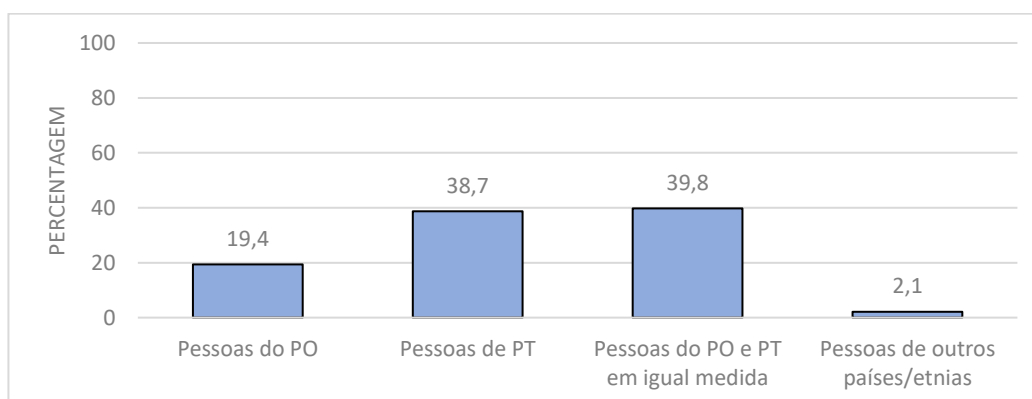


Verifica-se que a maioria dos inquiridos (64,6%) refere que conhece os vizinhos (Figura 24), verificando-se que pode haver alguma forma de contacto. Interessou-nos, por isso, saber como avaliavam o nível da relação entre os vizinhos, numa escala de 1 a 7 em que 1 é considerada “muito má” e 7 considerada “excelente”. A maioria das respostas situa-se entre 4 e 7, ou seja, trata-se de

uma avaliação positiva. Apenas 4,9% dos inquiridos, avaliou as relações com a vizinhança como negativa.

Parece-nos que esta avaliação será indicadora de um bom acolhimento por parte dos autóctones, o que poderá facilitar a sua integração na comunidade de acolhimento. Nas relações de sociabilidade que se estabelecem na zona onde os inquiridos vivem (Figura 25), verificou-se que 19,4% relaciona-se mais com pessoas do seu país de origem (PO), mas 38,7% dos inquiridos relaciona-se mais com portugueses. Já 39,8% afirma que se relaciona com pessoas do seu país de origem e portugueses na mesma medida. Os lugares mais referidos onde essas relações se estabelecem com pessoas do país de origem são os locais de lazer, como cafés e restaurantes ou em locais de convívio, em casa de família, na escola ou no trabalho. Os lugares onde os inquiridos se relacionam mais com portugueses são os locais de trabalho, os lugares de lazer, como cafés e restaurante e no comércio local.

Figura 25 - Relações de proximidade

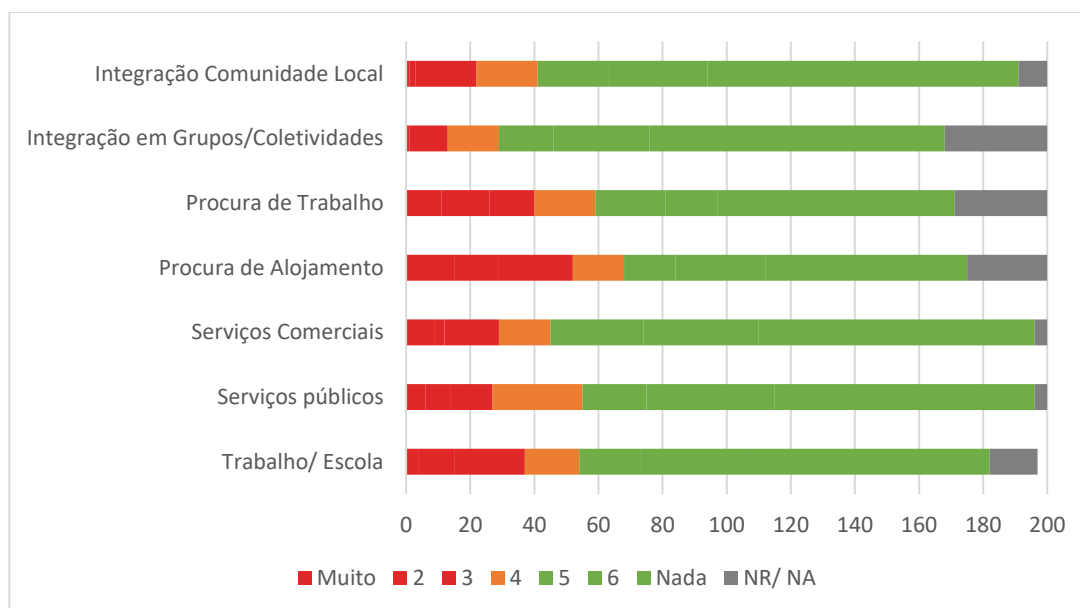


A discriminação e o racismo são outros dos fatores que condicionam fortemente a integração do migrante na comunidade de acolhimento.

Quanto às relações, por um lado, entre migrantes e autóctones, e por outro, entre migrantes e instituições que prestam serviços públicos, é relevante saber em que medida existem práticas de discriminação. Por isso interessou-nos conhecer as perceções dos inquiridos nestes aspetos tão delicados, incidindo a questão em diversas situações tais como “integração na comunidade”, na “procura de trabalho”, na “procura de alojamento”, nos “serviços comerciais”, nos “serviços públicos” e na “escola/trabalho”, cujos resultados são evidenciados pela figura 26. Esta questão chama-nos a atenção para alguns setores críticos e que merecem, numa sociedade democrática, a preocupação do

poder local e nacional, nomeadamente os contextos de aluguer/arrendamento de casa, na procura de trabalho e no próprio trabalho, além de situações relacionadas com as relações na comunidade¹⁴.

Figura 26 - Sentimento de discriminação



A avaliação da resposta foi efetuada numa escala ordinal entre 1 “muito discriminado” e 7 “nada discriminado”, verificando-se em todos os itens a variação entre estes valores, à exceção da integração em grupos/coletividades (2 a 7). Relativamente à avaliação do sentimento de não discriminação, as percentagens mais elevadas observam-se na integração de grupos/coletividades (82,7%), seguido da integração na comunidade local (78,5%), do atendimento em serviços comerciais (77,0%) e atendimento em serviços públicos (71,9%). Os valores mais baixos observam-se na procura de alojamento (61,1%) e na procura de trabalho (65,5%).

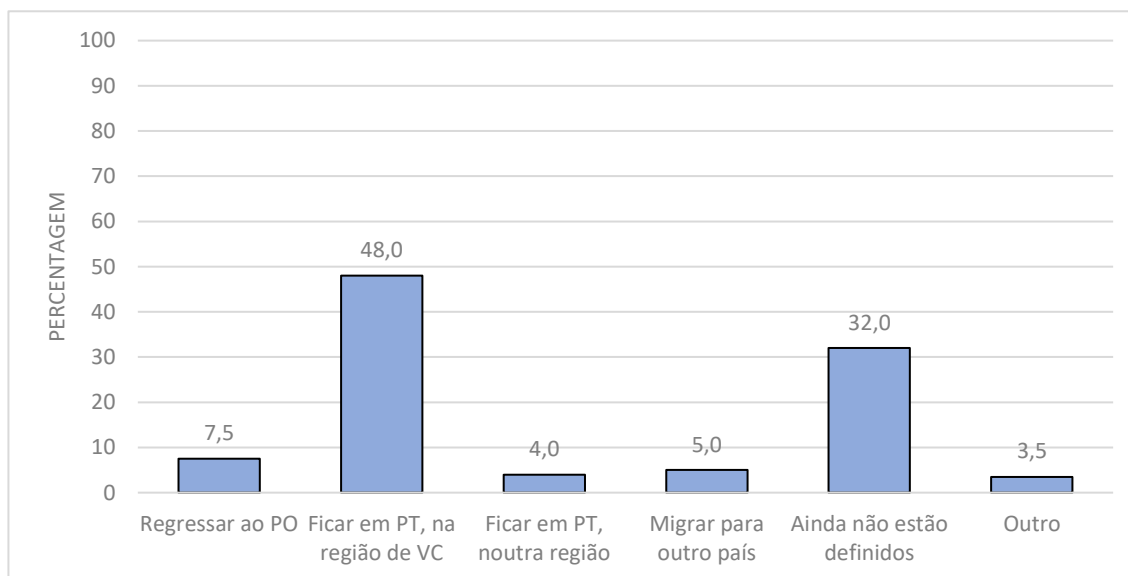
Quando consideramos o sentimento de Discriminação, 29,7% refere-se a este sentimento na procura de alojamento, 23,4% na procura de trabalho e 21,6% no local de trabalho/escola. A integração em grupos/coletividades apresenta o valor mais baixo com 7,7%. Os restantes itens apresentam valores intermédios.

Tendo em conta tudo o que atrás se referiu, quanto ao aumento da imigração em Portugal e aos fatores de atração enquanto país de destino, quisemos saber quais eram os planos dos inquiridos

¹⁴ A propósito, o estudo de Lages *et al.* (2006) evidencia que dos portugueses inquiridos, cerca de um terço não aceitaria ter como chefe um imigrante; que não colocaria os seus filhos numa escola com muitos imigrantes (cerca de um terço); que se sentiria incomodado em caso de casamento de familiar direto com um imigrante africano, brasileiro ou de Leste, e cerca de 20% não aceitaria ser vizinho de imigrantes brasileiros ou de Leste.

para o futuro (Figura 27), no sentido de aferir até que ponto as suas expetativas relativamente a esta questão se mantinham.

Figura 27 - Planos a longo/médio prazo



Verifica-se que, quanto aos planos a médio/longo prazo, a maioria dos respondentes (48,0%) refere querer ficar em Portugal, na região de Viana do Castelo, seguido de 32% que menciona ainda não ter planos definidos. Regressar ao país de origem é referido por 7,5%, migrar para outro país por 5,0% e ficar em Portugal, noutra região, por 4%. Há, ainda, 3% de inquiridos que referem outras opções, nomeadamente mais do que uma das opções mencionadas na figura 27.

3.3.7. Conclusão

Pode-se concluir que o perfil dos migrantes inquiridos é bastante diversificado, salientando-se o facto de a maioria estar em idade ativa e possuir um grau de escolaridade elevado (ensino superior e secundário). Contudo, este não se constitui como um fator de inserção no mercado de trabalho, já que existe um número relativamente elevado de desempregados e a maioria dos que estão empregados exerce profissões que não correspondem ao nível de qualificações que detêm, uma vez que exercem uma atividade profissional abaixo da sua formação e qualificação profissional.

Também foi possível depreender que as dificuldades no acesso ao mercado de trabalho passam pelos processos de regularização junto do SEF que, por sua vez, atribui a causa destas dificuldades ao elevado número de pedidos e à falta de documentação necessária, por parte dos migrantes., tal como foi possível depreender na entrevista efetuada a esta entidade.

Uma outra grande dificuldade verificada relaciona-se com a habitação, pois quase metade dos imigrantes inquiridos apontaram essa dificuldade, por escassez de oferta, elevado valor das rendas,

exigências de fiador e cauções também elevadas, para além da discriminação. Acresce, ainda, a questão dos transportes e que dificultam as deslocações dentro e para fora do concelho, e que se revela um entrave no acesso ao mercado de trabalho, pela pouca regularidade, a não existência para alguns locais, os horários e a não coincidência com o funcionamento das indústrias.

A desarticulação formal e a divergência da informação entre os diferentes serviços existentes na comunidade e as dificuldades de comunicação, devidas às diferenças da língua, são problemas que também merecem especial atenção, por parte das políticas locais.

Os migrantes inquiridos foram incentivados a apresentar contributos para melhorar a sua integração, surgindo propostas como a criação de um canal no *site* da Câmara onde se possa denunciar a discriminação, o aumento do apoio aos estudantes que vêm para o ensino profissional através de protocolos com os governos dos seus países e o apoio da Câmara no acesso ao alojamento social, bem como a existência de mediadores que facilitem o processo de chegada e adaptação à comunidade de acolhimento.

4. PLANO MUNICIPAL PARA A INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

O PMIMVC 2020-2022 é um instrumento de planeamento estratégico e de intervenção na área do acolhimento e da integração de migrantes que permite ao Município de Viana do Castelo consolidar a sua política local de integração como também criar, executar e apoiar medidas sustentáveis de promoção de igualdade de oportunidade, de redução de pobreza e exclusão social e de combate ao racismo e discriminação em diversas áreas fundamentais para a efetiva integração dos cidadãos migrantes na comunidade local.

A Plataforma de Acompanhamento e Monitorização do Plano, já existente em edições anteriores, teve uma participação efetiva e prestou um contributo importante na conceção do PMIM, desde a fase de diagnóstico ao acompanhamento e definição das medidas que contemplam o plano. Esta plataforma, sob a coordenação de um Técnico Superior do Município, foi criada em 2007 e é constituída por pessoas singulares (da comunidade de acolhimento e das comunidades de migrantes mais representativas em Viana do Castelo) e por diversas entidades públicas e privadas que se mostram atores relevantes e agentes efetivos da mudança no que diz respeito ao tema das migrações. Esta equipa designa-se por “Equipa para as Migrações” e conta atualmente com a participação de dez elementos.

A conceção do PMIMVC 2020-2022 parte assim de um diagnóstico local participativo, que permitiu conhecer a realidade dos migrantes que residem em Viana do Castelo, detetar necessidades, identificar problemas, enumerar potencialidades, inventariar os recursos existentes na comunidade de acolhimento e traçar objetivos estratégicos e operacionais bem como medidas a executar até ao término de 2022 no sentido do acolhimento e integração de migrantes e da valorização da diversidade cultural.

Desta forma, e com base num trabalho conjunto entre o Município, as organizações públicas e privadas (de âmbito local), decisores políticos, representantes das comunidades de migrantes e da comunidade de acolhimento foram definidas trinta e oito medidas, assentes, principalmente no Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações e distribuídas por onze das catorze áreas de intervenção que integram o Aviso 83/FAMI/2020. A área do Desporto e Lazer, tendo em conta o diagnóstico realizado, é uma área que voltamos a incluir no PMIMVC 2020-2022 pela sua importância e por ainda constituir uma necessidade.

Assim, as áreas que serão trabalhadas neste PMIMVC e exploradas no decorrer deste capítulo são:

1. Mercado de Trabalho e Empreendedorismo;
2. Serviços de Acolhimento e Integração;
3. Educação e Língua;

4. Capacitação e Formação;
5. Cultura;
6. Saúde;
7. Cidadania e Participação Cívica;
8. *Media* e Sensibilização da Opinião Pública;
9. Solidariedade e Resposta Social;
10. Racismo e Discriminação;
11. Urbanismo e Habitação;
12. Desporto e Lazer

As áreas das Relações Internacionais, Religião e Igualdade de Género, não são incluídas neste Plano, por não haver evidências de necessidade de intervenção.

4.1. Dimensão estratégica

As temáticas das migrações e da interculturalidade são transversais a diversas áreas de intervenção do Município. Desta forma, as várias fases do PMIMVC assentam na articulação entre as diversas unidades orgânicas da CMVC e também no estabelecimento de pontes com entidades locais que apoiam no acolhimento e integração de migrantes, que representam esta comunidade e atuam com o objetivo de combater a discriminação e o racismo.

O PMIMVC 2020-2022 foi desta forma elaborado com o objetivo de atenuar as necessidades/dificuldades identificadas no diagnóstico local pelos vários atores. No entanto, e apesar da integração ser um processo multidimensional e por isso estarem delineadas medidas para doze áreas distintas, foram consideradas como prioritárias determinadas dimensões por se considerar existir uma maior lacuna e/por serem consideradas de maior relevância para a concretização efetiva das políticas de acolhimento e integração dos cidadãos migrantes, nomeadamente o emprego, a habitação, a educação e língua e a cidadania ativa.

Apresenta-se, de seguida, um quadro-resumo referente à dimensão estratégica do PMIM.

Quadro 6 - Resumo da dimensão estratégica do PMIM

ÁREA	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS /GERAIS	INDICADORES	ESTRATÉGIAS
MERCADO DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	Apoiar na integração profissional dos cidadãos NPT.	Variação da taxa de empregabilidade dos cidadãos NPT.	Reforço da informação laboral aos trabalhadores migrantes. Divulgação de informação sobre a contratação de NPT junto das entidades empregadoras.

SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO	Melhorar a qualidade da informação prestada aos migrantes no seu processo de acolhimento e integração.	Número de NPT atendidos e que acedem à informação disponibilizada.	Dotar os NPT de ferramentas com informação útil para o seu processo de acolhimento e integração.
		Número de técnicos que participam nas sessões de informação/capacitação.	Garantir o funcionamento de uma rede de serviços de acolhimento e integração de proximidade e de qualidade.
EDUCAÇÃO E LÍNGUA	Aumentar/consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa.	Número de cidadãos NPT que participa em cursos de língua portuguesa.	Aumento das oportunidades de aprendizagem formal e informal da língua portuguesa.
CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO	Capacitar os cidadãos NPT para o desenvolvimento de competências sociais, pessoais e profissionais.	Número de cidadãos NPT que participa em ações de formação.	Reforço na divulgação de oportunidades de formação no desenvolvimento de competências.
CULTURA	Reforçar a capacitação e formação de NPT.	Número de NPT que participa em atividades culturais.	Criar oportunidades de participação em atividades culturais e artísticas desenvolvidas a nível local.
		Número de eventos e ações culturais dedicados ao tema das migrações e interculturalidade.	Promover eventos e ações dedicados ao tema das migrações e da Interculturalidade.
SAÚDE	Melhorar a literacia de saúde e as condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde da população migrante.	Número de profissionais de saúde que participa em ações de capacitação.	Promover ações de capacitação para profissionais de saúde sobre temáticas relacionadas com a multiculturalidade.
CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA	Reforçar a participação cívica e política dos cidadãos migrantes.	Número de iniciativas formativas/ de informação dirigida a cidadãos NPT.	Promover oportunidades para a consciencialização dos cidadãos migrantes no domínio da cidadania.
		Número de NPT que se envolve em iniciativas de cidadania ativa.	Aposta em atividades que promovam a prática de cidadania ativa.
MEDIA E SENSIBILIZAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA	Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre a população migrante na comunidade de acolhimento.	Número de atividades que promovam a divulgação e sensibilização das culturas dos diferentes países.	Aposta em iniciativas que promovam a interculturalidade, dirigidas à comunidade de acolhimento.
		Número de NPT que participa nas atividades.	Incentivar a participação da comunidade de acolhimento nas atividades de sensibilização.

SOLIDARIEDADE E RESPOSTA SOCIAL	Reforçar o combate à pobreza e à exclusão social das populações migrantes.	Número de técnicos que participam na formação.	Promover ações de capacitação para técnicos sobre temáticas relacionadas com a multiculturalidade.
		Varição do nº de NPT em situação de vulnerabilidade social e alvo de apoio social.	Aposta na informação e encaminhamento para as respostas sociais existentes, porém numa perspetiva da sua capacitação e autonomização.
RACISMO E DISCRIMINAÇÃO	Reforçar o combate ao racismo e à discriminação com base racial e étnica.	Número de ações de sensibilização no combate ao racismo e discriminação.	Sensibilizar agentes educativos, crianças e jovens em matérias de discriminação.
URBANISMO E HABITAÇÃO	Garantir a igualdade do acesso à habitação e mercado de arrendamento, respeitando as condições de habitabilidade.	Grau de satisfação dos NPT no acesso à habitação.	Reforço da informação disponível relacionada com questões de habitação, dirigida especificamente a migrantes.
DESPORTO E LAZER	Incentivar a prática de desporto e outras atividades de lazer	Número de atividades desenvolvidas no âmbito do bem-estar físico e mental.	Aposta em mecanismos eficazes de divulgação das atividades desportivas.

4.2. Dimensão operacional

A dimensão operacional do plano diz respeito à concretização dos objetivos estratégicos e consequentes medidas propostas pelos vários intervenientes na conceção do PMIMVC 2020-2022, tendo em conta as metas estabelecidas anteriormente e o período temporal disponível. Tendo por base os dados resultantes do diagnóstico local, não foram propostas medidas para a área das Relações Internacionais, Religião e Igualdade de Género, sendo, porém, acrescentada uma área já trabalhada em planos anteriores que diz respeito ao *Desporto e Lazer*. Desta forma, o PMIMVC 2020-2022 ficou estruturado em 12 áreas de intervenção, com 38 medidas, a concretizar no período de 2020 a 2022.

Destas medidas, 21 são medidas de nível 1 e, 17 são medidas de nível 2, estando identificadas nos respetivos quadros com a numeração de 1 a 38 (M1 a M38), independentemente da área de intervenção e do cronograma de operacionalização.

As medidas selecionadas como nível 1 são aquelas que foram consideradas pelas entidades parceiras, no decorrer da conceção do plano, como sendo parte das competências determinantes no processo de integração de migrantes e que por isso deverão ser garantidas independentemente da existência de financiamento. As medidas de nível 2 são todas aquelas

que carecem de financiamento para a sua execução, sendo complementares às medidas de nível 1 ou acrescentando qualidade a medidas já existentes.

Considerando as necessidades identificadas no diagnóstico local e a estratégia definida para o PMIMVC 2020-20222, apresentam-se, de seguida, os objetivos específicos/operacionais, as medidas, metas, indicadores e os responsáveis pela garantia de execução das medidas propostas, para cada uma das áreas de intervenção.

4.2.1. Mercado de trabalho e empreendedorismo

Tal como descrito no diagnóstico, há 24,6% de inquiridos que estão em situação de desemprego e 5,4% do total de NPT residentes no concelho de Viana do Castelo estão inscritos no IEFP como desempregados. Tendo presente que a grande maioria dos inquiridos se encontra em idade ativa e referem dificuldades no acesso ao mercado de trabalho, nomeadamente a insuficiente oferta e a inadequação dos postos de trabalho às expectativas/qualificações dos candidatos, esta é uma área que merece particular atenção, já que a inserção no mercado de trabalho se constitui como um dos principais fatores para a integração plena dos migrantes na comunidade de acolhimento.

Assim, foram propostas as seguintes medidas (M1 a M5) para a área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo:

Quadro 7 - Dimensão operacional para a área de Mercado de Trabalho e Empreendedorismo

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Apoiar na integração profissional dos cidadãos migrantes.	Dotar os cidadãos migrantes e entidades empregadoras de conhecimento para uma melhor integração no mercado de trabalho	M1. Publicar no jornal da AEVC exemplos de boas práticas por parte das empresas do concelho	2	Publicar, pelo menos, 4 páginas de jornal da AEVC sobre assuntos relacionados com a integração profissional de migrantes	Nº de páginas de jornal publicadas sobre a temática; Nº de jornais disponibilizados/distribuídos	AEVC
		M2. Promover ações de sensibilização/ informação sobre direitos e deveres do trabalhador estrangeiro ou apátrida	1	Realizar, pelo menos, duas sessões	N.º de sessões realizadas; Nº de cidadãos que participa nas sessões	CMVC e ACT
		M3. Promover ações de sensibilização para as empresas do concelho	1	Realizar, pelo menos, duas sessões	N.º de sessões realizadas; Nº de entidades que participa nas sessões	CMVC; ACT e AEVC

Reforçar o trabalho em rede, entre entidades que trabalham com migrantes e entidades empregadoras	M4. Criar um mecanismo de articulação entre Município, empresas de recrutamento e empresas do concelho facilitador da inserção no mercado de trabalho	1	Contactar, pelo menos, 5 empresas por ano	Nº de empresas envolvidas; Nº de migrantes empregados através deste mecanismo	CMVC; CLAIM; IEFP; ACT e AEVC
	M5. Encaminhar para instituições que apoiem o empreendedorismo migrante	1	Apoiar, pelo menos, 3 cidadãos migrantes	Nº de atendimentos a migrantes; Nº de negócios criados	CMVC-SGEAE e IEFP

4.2.2. Serviços de Acolhimento e Integração

Da implementação dos PMIM em Viana do Castelo resultou uma evolução muito positiva no que diz respeito ao estabelecimento de políticas locais e nas práticas de acolhimento e integração de NPT. Porém, estas práticas de acolhimento e de integração de migrantes só são possíveis através de um trabalho em rede com os diferentes atores, centralizando as respostas, melhorando a qualidade das informações prestadas, sensibilizando e partilhando experiências, avaliando os diversos cenários e necessidades e definindo, em conjunto, possíveis soluções.

No diagnóstico local realizado foi possível aferir que a comunidade migrante de Viana do Castelo considera que um maior acesso, articulação e divulgação da informação sobre recursos da comunidade, a existência de recursos humanos específicos de atendimento de migrantes em instituições públicas e a criação de uma equipa de mediação, orientação e acompanhamento poderá ser facilitador no processo de integração. Neste sentido, foram estruturadas oito medidas (M6 a M13) centradas essencialmente no atendimento especializado de migrantes.

Quadro 8 - Dimensão operacional para a área de Serviços de Acolhimento e Integração

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Melhorar a qualidade da informação prestada aos migrantes no seu processo de acolhimento e integração.	Aumentar a percentagem de NPT que tem acesso aos serviços especializados de acolhimento, informação e integração.	M6. Manter o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	2	Atingir, pelo menos, 350 atendimentos anuais	Nº de atendimentos anuais realizados	CLAIM
	Disponibilizar informação sobre assuntos facilitadores de integração dos migrantes na comunidade de acolhimento.	M7. Promover sessões de esclarecimento sobre a Lei de estrangeiros, a Lei da Nacionalidade, e outros assuntos	2	Realizar, pelo menos, uma sessão por ano	Nº de ações realizadas; Nº de migrantes envolvidos	CMVC e SEF
		M8. Criar e disponibilizar o guia "Viana acolhe com amor"	2	Atingir, pelo menos, 100 acessos	Nº de acessos ao guia	CMVC e Equipa para as Migrações

	M9. Capacitar os técnicos para melhorar os procedimentos e a qualidade da informação prestada	2	Realizar, pelo menos, duas ações de capacitação	Nº de ações realizadas; Nº de técnicos envolvidos	CMVC
	M10. Atualizar o site da Câmara Municipal de Viana do Castelo na área das Migrações	1	Atingir, pelo menos, 100 acessos	Nº de acessos ao site, mais especificamente à área das migrações	CMVC
	M11. Apoiar equipas de mediação intercultural	1	Atingir, pelo menos, 20 migrantes	Nº de apoios prestados	CMVC; CLAIM; Meeru e Associação Terra de Tod@s
Monitorizar e avaliar o plano, bem como partilhar e definir estratégias no que diz respeito ao trabalho desenvolvido nas migrações.	M12. Realizar contactos/reuniões periódicas com a “Equipa para as Migrações”	1	Realizar, pelo menos, duas reuniões/contactos anuais	Nº de contactos/reuniões realizadas; Nº de entidades envolvidas	CMVC e Equipa para as Migrações
Estimular, num espaço de convívio e lazer, a conversação e fomentar a coesão social.	M13. Organizar mensalmente um “Chá Intercultural”	2	Realizar, pelo menos, 12 eventos	Nº de eventos realizados; Nº de migrantes envolvidos	CMVC, CDV e Equipa para as Migrações

4.2.3. Educação e Língua

Um requisito fundamental no processo de integração de migrantes é a compreensão e a aprendizagem da língua do país de acolhimento e, apesar de 27,1% dos inquiridos ter mencionado que escolheu Portugal devido à facilidade na língua, a barreira linguística continua a ser uma das principais dificuldades apontadas no acesso aos serviços públicos e privados, no acesso à informação e ao mercado de trabalho.

No que diz respeito às aulas de Língua Portuguesa promovidas pelo Município de Viana do Castelo, já foram abrangidos um total de 389 alunos de 49 nacionalidades desde o início do projeto. Esta procura por parte dos cidadãos migrantes no aperfeiçoamento da língua portuguesa tem evoluído significativamente, o que sustenta a necessidade de se manter uma resposta adequada e gratuita, que conte com a participação de professores voluntários e que, para além da aprendizagem do português promova também o diálogo intercultural, a partilha e o aumento da coesão social. Para este efeito, são propostas as medidas (M13 e M16) que vão descritas no Quadro 9.

Quadro 9 - Dimensão operacional para a área de Educação e Língua

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar/ consolidar os níveis de conhecimento da língua portuguesa.	Promover cursos de aperfeiçoamento da língua portuguesa junto dos cidadãos migrantes	M14. Dinamizar aulas de aperfeiçoamento da língua portuguesa para estrangeiros	2	Envolver, pelo menos, 10 cidadãos NPT	N.º de migrantes que se inscreve nas aulas de Português para Estrangeiros; Nº de sessões realizadas por ano letivo	CMVC e Escola Secundária de Santa Maria Maior
		M15. Promover visitas de estudo a locais de interesse	2	Realizar, pelo menos, 2 visitas por ano	Nº de NPT que Participam nas visitas	CMVC
		M16. Promover formação certificada em língua portuguesa: <i>Português Língua de Acolhimento</i>	1	Certificar 50% dos cidadãos NPT inscritos	% de cidadãos NPT que conclui com sucesso a formação	Agrupamento de Escolas de Monserate e IEFP

4.2.4. Capacitação e formação

Apesar da grande maioria dos cidadãos inquiridos mencionar a importância da formação profissional e complementar para o aumento de qualificações, inclusão no mercado de trabalho e integração na comunidade de acolhimento, verificamos que parte não frequentou qualquer formação desde a chegada a Portugal, devido, em grande medida à prioridade em arranjar trabalho e à ausência de documentação.

A formação e capacitação para além de promover a aquisição de novos conhecimentos permite também desenvolver competências transversais que auxiliam no processo de integração, pelo que se propõem as seguintes medidas:

Quadro 10 - Dimensão operacional para a área de Capacitação e Formação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Reforçar a capacitação e formação de migrantes	Capacitar os s NPT para o desenvolvimento de competências sociais, pessoais e profissionais.	M17. Realizar sessões de formação para dotar os NPT de competências transversais	2	Realizar, pelo menos, 25 horas de formação por ano, destinada aos cidadãos migrantes	N.º de cidadãos NPT inscritos	CMVC
		M18. Divulgar ofertas formativas em áreas profissionais/ operacionais	1	Realizar, pelo menos, 2 ações de divulgação	Nº de NPT inscritos em formação modular certificada	CMVC, CLAIM, IEFP e entidades formadoras do concelho

4.2.5. Cultura

A cultura é considerada como um dos elementos principais na construção de uma identidade. Vários estudos afirmam que o indivíduo deve estar aberto e recetível ao conhecimento e experimentação de outras culturas como forma de valorizar a diversidade cultural e enriquecimento cultural. Esta partilha de culturas tem impacto, não só para os migrantes como também para a comunidade de acolhimento a nível da integração e manutenção de tradições.

O diagnóstico local mostra-nos que apenas 8% dos cidadãos NPT inquiridos participa em atividades culturais, porém 83% dos inquiridos refere que a participação em atividades culturais contribui para uma melhor integração na comunidade de acolhimento pois permite aumentar as relações sociais, aperfeiçoar a língua portuguesa e conhecer melhor a cultura da comunidade de acolhimento, bem como partilhar a cultura do seu país de origem.

Desta forma, pretendemos que as 4 medidas (M19 a M22) propostas na área da cultura reforcem a diversidade cultural, incentivem e promovam a participação em atividades promotoras do diálogo intercultural e da multiculturalidade, dinamizando ainda iniciativas que valorizem o contributo dos migrantes e das suas culturas para a comunidade de acolhimento.

Quadro 11 - Dimensão operacional para a área de Cultura

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Aumentar o número de cidadãos NPT que participa em atividades culturais.	Incentivar à participação de migrantes nas atividades socioculturais promovidas no concelho	M19. Oferecer bilhetes em alguns espetáculos e eventos musicais a cidadãos NPT	1	Disponibilizar 2 a 4 bilhetes, por espetáculo.	N.º de bilhetes cedidos; N.º de cidadãos NPT que adere	CMVC; CDV e ARTEAM
		M20. Possibilitar a participação de crianças e jovens NPT nas oficinas de formação em teatro	2	Disponibilizar 4 lugares, por cada oficina	N.º de migrantes envolvidos na formação	CMVC e CDV
		M21. Promover Encontros Interculturais	2	Realizar 7 encontros interculturais	Nº encontros realizados	CMVC e Equipa para as Migrações e outros parceiros pontuais
		M22. Distribuir e divulgar a agenda cultural e outras informações culturais	1	Distribuir, mensalmente, a agenda cultural em pontos estratégicos	N.º de agendas culturais distribuídas	CMVC, CLAIM e Equipa para as Migrações

4.2.6. Saúde

De acordo com a Constituição Portuguesa “todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover”, porém e embora a equidade seja um dos princípios

fundamentais na legislação do sistema de saúde português, ainda existem algumas dificuldades encontradas pelos migrantes no que diz respeito ao seu acesso.

Ao longo do tempo e através de anteriores planos, o Município de Viana tem tentado colmatar essa dificuldade através da realização de brochuras informativas sobre temáticas ligadas à saúde em diferentes línguas e dinamização de formação subordinado ao tema “competências culturais”.

Porém, para além da informação que constará do guia proposto na medida 8 (M8), considera-se importante investir também na capacitação e formação dos profissionais de cuidados de saúde primários para uma contínua melhoria na área do atendimento, através da medida 23.

Quadro 12 - Dimensão operacional para a área de Saúde

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Melhorar a literacia de saúde e as condições de acesso ao Serviço Nacional de Saúde da população migrante.	Aumentar competências no que diz respeito às questões da interculturalidade	M23. Capacitar os profissionais dos cuidados primários de saúde para um atendimento especializado dos migrantes	2	Capacitar, pelo menos, 12 profissionais de saúde	Nº de profissionais de saúde que participam na sessão	CMVC

4.2.7. Cidadania e Participação Cívica

No que diz respeito ao direito de voto dos cidadãos inquiridos, no Município de Viana do Castelo ainda não há evidências de iniciativas de informação e sensibilização, nem de sessões de esclarecimento sobre o recenseamento eleitoral dos migrantes. Os dados recolhidos no diagnóstico foram elucidativos quanto à ausência de informação/sensibilização sobre a participação cívica e a cidadania, bem como quanto à baixa participação dos migrantes em contexto associativo.

Assim, sendo a área da *Cidadania e Participação Cívica* relevante para melhorar a integração dos cidadãos migrantes na comunidade de acolhimento, foram delineadas as medidas descritas no Quadro 13. Estas medidas passam essencialmente pela capacitação de migrantes no âmbito da consciencialização para uma cidadania global, bem como a divulgação de projetos de voluntariado e de associativismo local.

Quadro 13 - Dimensão operacional para a área de Cidadania e Participação Cívica

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Reforçar a participação cívica e política dos cidadãos migrantes.	Reconhecer o papel ativo da sociedade civil na defesa de direitos e no cumprimento de deveres	M24. Capacitar os cidadãos NPT em diversos temas relacionados com a reciclagem, compostagem, cultura portuguesa, direitos e deveres políticos, entre outros	2	Dinamizar 14 horas de capacitação em diversos temas relacionados com a cidadania e participação cívica	Nº de horas de capacitação realizadas; Nº de participantes nas sessões	CMVC
		M25. Divulgar junto dos NPT projetos de voluntariado e associativismo local	1	Realizar, pelo menos, duas campanhas de sensibilização sobre o associativismo e o voluntariado	Nº de migrantes que se inscreve no Banco Local de Voluntariado; Nº de ações de divulgação sobre associativismo	CMVC

4.2.8. Media e sensibilização da opinião pública

Os *media* existentes a nível local desempenham um papel de extrema influência na opinião pública, tendo capacidade para desconstruir mitos, preconceitos e estereótipos ligados à migração, como também promover e valorizar o diálogo intercultural.

Apesar de ser notório uma maior tomada de consciência no que diz respeito ao combate do racismo e discriminação nos *media*, ainda existe um caminho longo a percorrer pois ainda é referido pela comunidade migrante o sentimento de discriminação que sentem em determinados serviços, locais e até mesmo pela comunidade de acolhimento, pelo que foram definidas as medidas descritas no Quadro 14, que têm como principal objetivo o desenvolvimento do esforço conjunto para dar mais voz às comunidades migrantes que existem no concelho:

Quadro 14 - Dimensão operacional para a área de Media e Sensibilização da Opinião Pública

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Contribuir para combater estereótipos e preconceitos sobre a população migrante na comunidade de acolhimento.	Dar a conhecer e promover a imagem positiva das comunidades migrantes	M26. Realizar um documentário sobre histórias de vida de NPT	2	Realizar um documentário de 20 minutos, onde participem pelo menos 6 NPT	Nº de migrantes que participa no documentário	CMVC
		M27. Organizar oficinas dinamizadas por cidadãos NPT em diversas áreas de sua competência	2	Realizar, pelo menos, 10 oficinas	Nº de oficinas realizadas; Nº de NPT que dinamizam as oficinas	CMVC e Equipa para as Migrações

acolhimento e migrantes	M28. Dinamizar o grupo "Imigrantes em Viana do Castelo" no Facebook	1	Alcançar 350 membros	Nº de membros que aderem ao grupo.	CMVC e Equipa para as Migrações
-------------------------	--	---	----------------------	------------------------------------	---------------------------------

4.2.9. Solidariedade e resposta social

A área da Solidariedade e Resposta Social relaciona-se com o grau de inclusão social da população migrante, nomeadamente com o seu risco de pobreza e capacidade de acesso à proteção social em situações de vulnerabilidade social. Apesar de a nível do Município não existirem dados específicos que reportem a situação de pobreza, exclusão social e acesso a prestações sociais pela comunidade migrante, no diagnóstico local realizado foi possível aferir que 27,7% recebeu apoio financeiro e 24,6% foi encaminhado para outros serviços, pelo que se propõe a realização das seguintes medidas:

Quadro 15 - Dimensão operacional para a área de Solidariedade e Resposta Social

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Reforçar o combate à pobreza e à exclusão social das populações migrantes.	Formar técnicos de entidades de saúde, educação e ação social para um atendimento mais personalizado e adaptado às necessidades específicas dos migrantes	M29. Promover formação destinada a técnicos de atendimento com migrantes	2	Formar 12 técnicos de entidades locais	Nº de ações de formação Nº de técnicos que participam na formação	CMVC
	Reforçar o apoio a grupos de migrantes especialmente vulneráveis, com vista à sua capacitação, autonomização e emancipação	M30. Encaminhar para apoio social os migrantes em situação de vulnerabilidade nas mais variadas áreas	1	Estabelecer contacto regular com as diversas respostas existentes no concelho	Nº de migrantes sinalizados ou apoiados.	CMVC

4.2.10. Racismo e discriminação

De um modo amplo, a discriminação compromete a integração e inclusão social dos migrantes e o seu acesso aos direitos básicos. Assim, e tal como referido no diagnóstico local, existem alguns sectores que merecem especial atenção, nomeadamente nos contextos do mercado de arrendamento, no acesso ao mercado de trabalho, nos locais de trabalho, além de situações relacionadas com a comunidade de acolhimento.

São, assim, estruturadas as seguintes medidas, no sentido de aumentar o combate ao racismo e à discriminação com base racial e étnica:

Quadro 16 - Dimensão operacional para a área de Racismo e Discriminação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/ GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/ OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Reforçar o combate ao racismo e à discriminação com base racial e étnica.	Promover a partilha das tradições culturais junto da comunidade escolar.	M31. Criar uma peça de teatro com atores NPT juniores, alusivos às migrações das escolas de ensino básico na	2	Apresentar a peça de teatro a, pelo menos, dois agrupamentos de escolas do concelho e Viana do Castelo	Nº de escolas envolvidas; Nº de ações dinamizadas	CDV
		M32. Promover, junto dos agrupamentos de Escolas do concelho, a instituição do Dia da Harmonia	1	Disponibilizar recursos para a realização de 6 momentos do Dia da Harmonia	Nº de escolas envolvidas; Nº de ações dinamizadas	Agrupamentos de escolas do concelho
	Dotar a comunidade docente de ferramentas, estratégias e conhecimento para abordar a temática das Migrações em contexto de sala	M33. Disponibilizar recursos pedagógicos que abordem a temática das Migrações para utilização em contexto escolar	1	Distribuir, pelo menos, 50 exemplares do recurso, pelos docentes	Nº de escolas envolvidas; Nº de exemplares distribuídos	ESE- IPVC
		M34. Abordar a temática das Migrações na formação para docentes.	1	Capacitar, pelo menos, 35 alunos por ano em formação inicial e 15, por ano, na formação contínua	Nº de alunos que frequenta as sessões; Nº de docentes que frequenta as sessões	ESE- IPVC

4.2.11. Urbanismo e Habitação

A população migrante continua a ser um dos segmentos mais vulneráveis no que diz respeito ao acesso à habitação.

Em Viana do Castelo, a grande maioria da população migrante vive em casa arrendada, na cidade ou na periferia, e apontou grandes dificuldades no acesso ao mercado de arrendamento, não só pelos valores especulativos, como também pela exigência das cauções muito elevadas e/ou fiadores, algo muito difícil para quem está a entrar pela primeira vez no país. Importa mencionar a sobrelotação das habitações que não era, até muito recentemente, um problema existente no concelho, mas que se começa a evidenciar, em parte, motivada pelas razões atrás apontadas.

O alojamento temporário existente no concelho também não se revela suficiente para atender às situações de emergência, nem para receber refugiados encaminhados pelo Conselho Português de Refugiados (CPR) que mostram interesse em ser encaminhados para o concelho de Viana do Castelo.

Quadro 17 - Dimensão operacional para a área do Urbanismo e Habitação

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Garantir a igualdade do acesso à habitação e mercado de arrendamento, respeitando as condições de habitabilidade.	Promover a oportunidade dos NPT conseguirem habitação no concelho	M35. Informar os cidadãos migrantes sobre a legislação relativa ao arrendamento e a defesa do consumidor em geral	1	Apoiar, pelo menos, 5 cidadãos NPT por ano	Nº de atendimentos realizados na área da habitação	CMVC
		M36. Promover sessões/campanhas de sensibilização com proprietários de imóveis para arrendamento	1	Contactar 10 empresários e arrendatários	Nº de agentes imobiliários e arrendatários	CMVC e AEVC

4.2.12. Desporto e Lazer

O desporto, cada vez mais procurado pelos migrantes para ocupação do seu tempo livre, proporciona para além de uma melhoria do estado de saúde físico e mental e de sensação de bem-estar, também uma maior e melhor integração, fomenta a noção comum de pertença e participação e facilita o diálogo intercultural.

Assim, para esta área de intervenção, são propostas 2 medidas (M37 e M38), que passam pela criação de oportunidades para as diversas práticas desportivas.

Quadro 18 - Dimensão operacional para a área de Desporto e Lazer

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS/GERAIS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS/OPERACIONAIS	MEDIDAS	NÍVEL	METAS	INDICADORES	RESPONSÁVEIS
Incentivar a prática de desporto e outras atividades de lazer	Aumentar o nº de NPT que participam em atividades desportivas e de lazer	M37. Possibilitar a experimentação de diferentes modalidades de desporto e atividades de lazer, nos Encontros Interculturais	1	Abranger 8 NPT.	Nº de NPT que participa nas atividades	CMVC
		M38. Possibilitar a inscrição e participação gratuita de NPT nas modalidades desportivas disponíveis no concelho	1	Participação de 5 NPT em atividades desportivas	Nº de NPT que participa em atividades desportivas	CMVC

4.2.13. Relações Internacionais, Religião e Igualdade de Género

No que diz respeito às áreas Relações Internacionais, religião e Igualdade de Género o atual Plano não contempla nenhuma medida.

5. MODELO DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

5.1. Monitorização e Avaliação

Após a implementação do primeiro plano, o PMII 2015-2017 e da continuação das políticas de integração vertidas no segundo Plano (2018-2020), o Município entendeu que, para avaliação da implementação das medidas, seria fundamental a criação de um instrumento de verificação e monitorização, que não só permitisse avaliar a implementação dos planos como também disponibilizasse um conjunto de dados relativos aos migrantes em geral, e aos NPT em particular, de modo a conhecer melhor o movimento migratório no concelho e melhorar a intervenção junto desta população.

Assim, em conjunto com os técnicos do Sistema de Informação Geográfica do Município (SIG), foi possível criar uma plataforma informática, onde constarão todos os dados recolhidos, com atualizações sistemáticas, os quais estarão disponíveis para apoiar as políticas locais de acolhimento e integração dos NPT na comunidade de acolhimento. Encontrando-se já em funcionamento, esta plataforma vai ser utilizada como metodologia de avaliação e monitorização do PMIM 2020-2022.

5.1.1. Avaliação de processo

A avaliação do PMIM 2020-2022, para além dos dados disponibilizados pela plataforma atrás referida, sustentar-se-á nos objetivos, medidas, metas e indicadores previstos no projeto. Para tal, pretende-se utilizar a informação disponibilizada pelos responsáveis pela implementação das medidas, com recurso aos instrumentos e meios de verificação previstos para o acompanhamento e monitorização.

Pretende-se, ainda, fazer recurso a entrevistas para avaliar a perceção dos responsáveis das medidas relativamente à sua implementação.

Esta avaliação decorrerá ao longo da implementação do PMIM, sendo o relatório apresentado semestralmente.

5.1.2. Meios de verificação

A fim de facilitar o processo de avaliação do PMIMVC 2020-2022, foi elaborado um quadro com o alinhamento entre as medidas, indicadores e meios de verificação:

Quadro 19 - Listagem dos meios de verificação correspondentes a cada medida do PMIM

Área	Medidas	Indicadores	Meios de verificação
Mercado de trabalho e empreendedorismo	M1. Publicação no jornal da AEEV de exemplos de boas práticas por parte de empresas do concelho	Nº de páginas de jornal publicadas sobre a temática; Nº de jornais disponibilizados/distribuídos	Jornal da AEEV e informação do parceiro sobre o nº de jornais disponibilizados
	M2. Promoção de ações de sensibilização/ informação sobre direitos e deveres do trabalhador estrangeiro ou apátrida	N.º de sessões realizadas; Nº de cidadãos que participa nas sessões	Listagem de inscritos ou registo de presenças
	M3. Promoção de ações de sensibilização para as empresas do concelho	N.º de sessões realizadas; Nº de entidades que participa nas sessões	Listagem de inscritos ou registo de presenças
	M4. Criar um mecanismo de articulação entre Município, empresas de recrutamento e empresas do concelho facilitador da inserção no mercado de trabalho	Nº de empresas envolvidas; Nº de migrantes empregados através deste mecanismo	Listagem de contactos estabelecidos
	M5. Encaminhar para instituições que apoiem o empreendedorismo migrante	Nº de atendimentos a migrantes Nº de negócios criados	Listagem de atendimentos e relatório do gabinete/parceiro responsável
Serviços de Acolhimento e Integração	M6. Manter o Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	Nº de atendimentos anuais realizados	Listagem de atendimentos (plataforma)
	M7. Promover sessões de esclarecimento sobre a Lei de estrangeiros, a Lei da Nacionalidade, e outros assuntos	Nº de ações realizadas; Nº de migrantes envolvidos	Listagem de inscritos ou registo de presenças
	M8. Criar e disponibilizar o guia "Viana acolhe com amor"	Nº de acessos ao guia	Relatório do gabinete responsável
	M9. Capacitar os técnicos para melhorar os procedimentos e a qualidade da informação prestada	Nº de ações realizadas; Nº de técnicos envolvidos	Listagem de inscritos ou registo de presenças
	M10. Atualizar o site da Câmara Municipal de Viana do Castelo na área das Migrações	Nº de acessos ao site, mais especificamente à área das migrações	Relatório do gabinete responsável
	M11. Apoiar equipas de mediação intercultural	Nº de apoios prestados	Atas de reunião com as equipas de mediação intercultural
	M12. Realizar reuniões periódicas com a "Equipa para as Migrações"	Nº de contactos/ reuniões realizadas; Nº de entidades envolvidas	Ata de reunião e registo de presenças ou registo do contacto efetuado
	M13. Organizar mensalmente um "Chá Intercultural"	Nº de eventos realizados; Nº de migrantes envolvidos	Registo fotográfico
Educação e Língua	M14. Dinamizar aulas de aperfeiçoamento da língua portuguesa para estrangeiros	N.º de migrantes que se inscreve nas aulas de Português para Estrangeiros; Nº de sessões realizadas por ano letivo	Listagem de inscritos e listagem de presenças
	M15. Promover visitas de estudo a locais de interesse	Nº de NPT que Participam nas visitas	Listagem de presenças
	M16. Promover formação certificada em língua portuguesa: <i>Português Língua de Acolhimento</i>	% de cidadãos NPT que conclui com sucesso a formação	Listagem de inscritos e de aprovações, cedida pelo parceiro

Capacitação e Formação	M17. Realizar sessões de formação para dotar os cidadãos NPT de competências transversais	N.º de cidadãos NPT inscritos;	Listagem de inscritos ou registo de presenças
	M18. Divulgar ofertas formativas em áreas profissionais/operacionais	Nº de NPT inscritos em formação modular certificada	Registo das campanhas de divulgação
Cultura	M19. Oferecer bilhetes em alguns espetáculos e eventos musicais a cidadãos NPT	N.º de bilhetes cedidos; N.º de cidadãos NPT que adere	Relatório do parceiro responsável
	M20. Possibilitar a participação de crianças e jovens NPT nas oficinas de formação em teatro	N.º de migrantes envolvidos na formação	Registo fotográfico ou registo de presenças
	M21. Promover Encontros Interculturais	Nº encontros realizados	Registo fotográfico e/ou registo de presenças
	M22. Distribuir e divulgar a agenda cultural e outras informações culturais	N.º de agendas culturais distribuídas	Relatório do gabinete responsável
Saúde	M23. Capacitar os profissionais dos cuidados primários de saúde para um atendimento especializado dos migrantes	Nº de profissionais de saúde que participam na sessão	Listagem de inscritos ou registo de presenças
Cidadania e Participação cívica	M24. Capacitar os cidadãos NPT em diversos temas relacionados com a reciclagem, compostagem, cultura portuguesa, direitos e deveres políticos, entre outros	Nº de horas de capacitação realizadas; Nº de participantes nas sessões	Listagem de inscritos ou registo de presenças
	M25. Divulgar junto dos cidadãos NPT projetos de voluntariado e associativismo local	Nº de migrantes que se inscreve no banco local de voluntariado Nº de ações de divulgação sobre associativismo	Registo do Banco Local de Voluntariado; registo das campanhas realizadas
Média e Sensibilização da	M26. Realizar um documentário sobre histórias de vida de NPT	Nº de migrantes que participa no documentário	Documentário
	M27. Organizar oficinas dinamizadas por cidadãos NPT em diversas áreas de sua competência	Nº de oficinas realizadas; Nº de NPT que dinamizam as oficinas	Registo de presenças Fotografias
	M28. Dinamizar o grupo “Imigrantes em Viana do Castelo” no <i>Facebook</i>	Nº de membros que aderem ao grupo.	Registo fotográfico do Feed
Solidariedade e Resposta	M29. Promover formação destinada a técnicos de atendimento com migrantes	Nº de ações de formação Nº de técnicos que participam na formação	Registo de presenças
	M30. Encaminhar para apoio social os migrantes em situação de vulnerabilidade nas mais variadas áreas	Nº de migrantes sinalizados ou apoiados	Listagem de atendimentos (plataforma)
Racismo e Discriminação	M31. Criar uma peça de teatro com atores NPT juniores, alusiva ao tema das migrações.	Nº de escolas envolvidas; Nº de ações dinamizadas	Registo fotográfico ou vídeo da peça
	M32. Promover, junto dos agrupamentos de Escolas do concelho, a instituição do Dia da Harmonia	Nº de escolas envolvidas; Nº de ações dinamizadas	Registo fotográfico das atividades feitas pelas escolas
	M33. Disponibilizar recursos pedagógicos que abordem a temática das Migrações para utilização em contexto escolar	Nº de escolas envolvidas; Nº de exemplares distribuídos	Relatório do parceiro responsável
	M34. Abordar a temática das Migrações na formação para docentes	Nº de alunos que frequenta as sessões; Nº de docentes que frequenta as sessões	Registo de presenças

Urbanismo e Habitação	M35. Informar os cidadãos migrantes sobre a legislação relativa ao arrendamento e a defesa do consumidor em geral	Nº de atendimentos realizados na área da habitação	Listagem de atendimentos (plataforma)
	M36. Promover sessões/campanhas de sensibilização com proprietários de imóveis para arrendamento	Nº de agentes imobiliários e arrendatários	Registo fotográfico ou registo de contacto
Desporto e Lazer	M37. Possibilitar a experimentação de diferentes modalidades de desporto e atividades de lazer, nos Encontros Interculturais	Nº de NPT que participa nas atividades	Registo fotográfico das atividades
	M38. Possibilitar a inscrição e participação gratuita de NPT nas modalidades desportivas disponíveis no concelho	Nº de NPT que participa em atividades desportivas	Listagem de inscrições

6. ACOMPANHAMENTO E MODELO DE GOVERNAÇÃO

Tratando-se da terceira edição do PMIM, decidiu-se manter o modelo de governação das duas edições anteriores e que aqui é replicado.

O modelo proposto engloba duas componentes:

1. A implementação das medidas;
2. A monitorização do PMIM;

A estrutura será dimensionada de forma a permitir que os colaboradores afetos ao acompanhamento do Plano acumulem funções com as que já realizam (Município, Equipa para as Migrações, rede de parceiros). O Coordenador (pelo Município) deverá ser considerado elemento *pivot* da estrutura e terá três funções principais:

1. Gerir a componente da implementação das medidas delineadas, articulando-se com os responsáveis por cada uma das medidas, sejam específicas, sejam transversais;
2. Coordenar as reuniões dos elementos da equipa de monitorização e acompanhamento de carácter semestral;
3. Produzir os relatórios de monitorização do Plano e as conclusões das unidades orgânicas envolvidas, plasmadas nas fichas de monitorização.

A gestão da monitorização será efetuada através de reuniões periódicas com os responsáveis pelas medidas, sejam individualizadas ou conjuntas. Por sua vez, a equipa de coordenação trabalhará não só a monitorização da execução, mas também o impacto das medidas na comunidade de NPT residente no concelho de Viana do Castelo.

Quadro 20 - Tipologia, âmbito de intervenção e perfil por unidade orgânica do Modelo de Governação

	TIPOLOGIA	ÂMBITO DE INTERVENÇÃO	PERFIL
EQUIPA DE GESTÃO (Município de Viana do Castelo)	Órgão de decisão	Aprovação e validação das propostas, medidas e cronograma do Plano. Acompanhamento no seu cumprimento.	Formação e/ ou experiência na matéria. Poder de decisão e reconhecimento na organização Municipal.
EQUIPA DE COORDENAÇÃO (Equipa para as Migrações - e	Órgão de execução e de coordenação	Coordenação da implementação através da colaboração com os diferentes responsáveis pelas medidas. Monitorização e controlo da	Poder de decisão e reconhecimento na organização. Dinamismo, capacidade de mobilização e de compromisso.

Plataforma de Acompanhamento)		implementação das medidas, em termos da sua calendarização e execução, bem como da aferição dos seus impactos na comunidade.	Capacidade analítica, crítica e de cooperação.
EQUIPAS DE IMPLEMENTAÇÃO	Equipas executivas	Instituições e responsáveis individuais pela execução das medidas, gerindo os recursos necessários para a sua implementação e assegurando o cumprimento do prazo previsto, junto com a elaboração de relatórios sumário da sua execução, em ficha própria.	Equipas executivas Responsáveis de unidades orgânicas. Capacidade de mobilização.

6.1. Cronograma

Para a operacionalização do PMIMVC foi estabelecido o período de execução das medidas, de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 21 - Cronograma de operacionalização das medidas previstas

Área	Medida	2021		2022		Responsável
		1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	
Mercado de trabalho e empreendedorismo	M1. Publicar no jornal da AEVC exemplos de boas práticas por parte das empresas do concelho					AEVC
	M2. Promover de ações de sensibilização/ informação sobre direitos e deveres do trabalhador estrangeiro ou apátrida					CMVC e ACT
	M3. Promover de ações de sensibilização para as empresas do concelho					CMVC ; ACT; AEVC

	M4. Criar um mecanismo entre o Município, empresas de recrutamento e empresas do concelho facilitador da inserção no mercado de trabalho					CMVC, CLAIM, IEFP; ACT e AEVC
	M5. Encaminhar para instituições que apoiem o empreendedorismo imigrante					CMVC- SGAE e IEFP
Serviços de Acolhimento e Integração	M6. Manter um Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes					CLAIM, CMVC
	M7. Promover sessões de esclarecimento sobre a Lei de estrangeiros, a Lei da Nacionalidade, e outros assuntos					CMVC e SEF
	M8. Criar e disponibilizar o guia "Viana acolhe com amor"					CMVC e Equipa para as Migrações
	M9. Capacitar os técnicos para melhorar os procedimentos e a qualidade da informação prestada					CMVC
	M10. Atualizar o site da Câmara Municipal de Viana do Castelo na área das Migrações					CMVC
	M11. Apoiar equipas de mediação intercultural					CMVC, CLAIM, Meeru e Associação Terra de Tod@s
	M12. Realizar reuniões periódicas com a "Equipa para as Migrações"					CMVC e Equipa para as Migrações
	M13. Organizar mensalmente um "Chá Intercultural"					CMVC, CDV e Equipa para as Migrações
Educação e Língua	M14. Dinamizar aulas de aperfeiçoamento da língua portuguesa para estrangeiros					CMVC; ESSMM
	M15. Promover visitas de estudo a locais de interesse					CMVC
	M16. Promover formação certificada em língua portuguesa: <i>Português Língua de Acolhimento</i>					Escola Secundária de Monserrate e IEFP
Capacitação e formação	M17. Realizar sessões de formação para dotar os cidadãos NPT de competências transversais					CMVC
	M18. Divulgar ofertas formativas em áreas profissionais/operacionais					CMVC; CLAIM; IEFP e Entidades formadoras do concelho
Cultura	M19. Oferecer bilhetes em alguns espetáculos e eventos musicais a cidadãos NPT					CMVC; CDV e ARTEAM
	M20. Possibilitar a participação de crianças e jovens NPT nas oficinas de formação em teatro					CMVC e CDV

	M21. Promover Encontros Interculturais					CMVC; Equipa para as Migrações e outros parceiros pontuais
	M22. Distribuir e divulgar a agenda cultural e outras informações culturais					CMVC; CLAIM E Equipa para as Migrações
Saúde	M23. Capacitar os profissionais dos cuidados primários de saúde para um atendimento especializado dos migrantes					CMVC
Cidadania e Participação Cívica	M24. Capacitar os cidadãos NPT em diversos temas relacionados com a reciclagem, compostagem, cultura portuguesa, direitos e deveres políticos, etc.					CMVC
	M25. Divulgar junto dos cidadãos NPT projetos de voluntariado e associativismo local					CMVC
Media e Sensibilização da Opinião Pública	M26. Realizar um documentário sobre histórias de vida de NPT					CMVC
	M27. Organizar oficinas dinamizadas por cidadãos NPT em diversas áreas de sua competência					CMVC e Equipa para as Migrações
	M28. Dinamizar o grupo “Imigrantes em Viana do Castelo” no <i>Facebook</i>					CMVC e Equipa para as Migrações
Solidariedade e resposta social	M29. Promover formação destinada a técnicos de atendimento com migrantes					CMVC
	M30. Encaminhar para apoio social os migrantes em situação de vulnerabilidade nas mais variadas áreas					CMVC
Racismo e discriminação	M31. Criar uma peça de teatro com atores NPT juniores, alusiva ao tema das migrações.					CDV
	M32. Promover, junto dos agrupamentos de Escolas do concelho, a instituição do Dia da Harmonia					CMVC e Agrupamentos de Escolas do Concelho
	M33. Disponibilizar recursos pedagógicos que abordem a temática das Migrações para utilização em contexto escolar					ESE- IPVC
	M34. Abordar a temática das Migrações na formação para docentes					ESE- IPVC
Urbanismo e Habitação	M35. Informar os cidadãos migrantes sobre a legislação relativa ao arrendamento e a defesa do consumidor em geral					CMVC
	M36. Promover sessões/campanhas de sensibilização para proprietários de imóveis para arrendamento					CMVC e AEVC

Desporto e lazer	M37. Possibilitar a experimentação de diferentes modalidades de desporto e atividades de lazer, nos Encontros Interculturais					CMVC
	M38. Possibilitar a inscrição e participação gratuita de NPT nas modalidades desportivas disponíveis no concelho					CMVC

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

7.1. Bibliografia

- CLAS, Núcleo Executivo (2013) - Diagnóstico Social de Viana do Castelo. [em linha] Viana do Castelo. [Consultado em 2020/09/20] Disponível na Internet: <http://goo.gl/HRiSlK>
- Estrela, Joaquim (coord.) (2020)- *Relatório de Imigração Fronteiras e Asilo 2019*, Oeiras, SEF
- INE (2011) - Classificação Portuguesa das Profissões. [em linha] Lisboa. [Consultado em 2020/09/24] Disponível na Internet: <http://goo.gl/mctMmQ>
- INE (2011) – Censos 2011. [em linha] Lisboa. [Consultado em 2020/09/20] Disponível na Internet: <http://goo.gl/mctMmQ>
- Oliveira, C. R.; Gomes, N. (2020) – *Indicadores de Integração de Imigrantes*, Relatório Estatístico Anual. 1.ª Edição, ACM, IP. ISSN: 2184-0873
- Câmara Municipal de Viana do Castelo, *Estudos sobre Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal: Políticas Locais para Imigrantes*, Viana do Castelo, 2020

7.2. Páginas de Internet Consultadas

- Instituto Nacional de Estatística – INE: www.ine.pt
- Base de Dados Portugal Contemporâneo – PORDATA: <http://www.pordata.pt>
- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras – SEF: <http://www.sef.pt>
- Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP: <http://www.iefp.pt>

ANEXO I

**LISTAGEM DE NPT E ENTIDADES LOCAIS CONTACTADOS/AS E
ENTREVISTADOS/AS**

LISTAGEM DE NPT CONTACTADOS E ENTREVISTADOS

Nacionalidade	Execução
Representante do Brasil	Sim
Representante de S. Tomé e Príncipe	Sim
Representante da Venezuela	Sim

LISTAGEM DE ENTIDADES LOCAIS CONTACTADAS E ENTREVISTADAS

Nome da entidade	Cargo	Execução
ADECCO	Diretor	Sim
Autoridade para as Condições do Trabalho	Diretor	Sim
Caritas de Viana do Castelo	Presidente	Sim
Casulo Methamorphys	Presidente	Sim
Centro Dramático de Viana do Castelo	Diretor	Sim
Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes	Técnica Superior	Sim
Escola Secundária de Monserrate	Diretor	Sim
Escola Secundária de Monserrate	Professora PPT	Sim
Escola Secundária de Santa Maria Maior	Diretor	Sim
Escola Secundária de Santa Maria Maior	Professora	Sim
Gabinete de Atendimento à Família	Diretora Geral	Sim
Instituto de Emprego e Formação Profissional	Diretor	Sim
Junta de Freguesia de Chafé	Presidente de Junta	Sim
Rede Local de Intervenção Social	Coordenadora	Sim
SEF- Viana do Castelo	Inspetor	Sim
Segurança Social - Viana do Castelo	Técnica de apoio à comunidade imigrante	Sim
União de Freguesias de Viana do Castelo	Presidente de Junta	Sim

ANEXO II

GUIÃO DE ENTREVISTA A NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS



Guiões de entrevista aprofundada a

- Nacionais de Países Terceiros (NPT) das comunidades de imigrantes mais representativas

N.º de entrevista: _____

Data da entrevista: __/__/2019

Nome: _____

Contacto e-mail/ tel.: _____

Esta entrevista tem por objetivo o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório, dinâmicas de acolhimento, integração de imigrantes e de requerentes de asilo, no concelho de Viana do Castelo. Este estudo procura obter informação sobre as comunidades migrantes existentes em Viana do Castelo de forma a permitir o desenvolvimento de políticas locais para imigrantes conducentes a uma melhor integração na comunidade local. A sua colaboração é fundamental para que as entidades locais atuem mais e melhor.

Desde já agradecemos a sua colaboração para a concretização dos objetivos deste trabalho.

NOTA: - A negrito surgirão as perguntas e entre parêntesis, o tipo de informação que se pretende obter

I – Caracterização institucional elementar

- 1. Em que ano nasceu?**
- 2. Nacionalidade**
- 3. Profissão**
- 4. Habilitações literárias**
- 5. Localidade de residência**

II – Referenciar o trajeto percorrido desde o território de origem até ao concelho de Viana do Castelo

(Recolha de informação individualizada relativa aos migrantes/refugiados: local de residência, idade, nível de instrução, profissão e categoria profissional)

6. Qual o motivo que o/a levou a deixar o seu país de origem?

7. Porque escolheu Portugal? E Viana do Castelo?

8. Como se sentiu no dia da chegada a Portugal?

(Referenciar a importância de Portugal como porto de abrigo)

9. Qual o seu percurso desde que está em Viana do Castelo?

(com as entidades oficiais e com a população portuguesa; Retratar o meio onde vive, condições de vida, emprego, acesso à informação; formas de organização do trabalho)

10. Fora das horas de trabalho/ocupação, com que frequência se encontra com compatriotas e migrantes de outras nacionalidades e em que contexto/circunstância?

(Estabelecer a relação entre a nacionalidade e a comunidade onde vive -exemplo: casos de casais inter-étnicos – o que isso implica em termos de fatores de conflito/sociabilidade; verificar como são as atividades de lazer e tempos livres dos migrantes/refugiados; Qual a importância da realização dessas atividades/tempos livres para a socialização na sociedade vianense)

III – A influência da literacia nas relações sociais dos migrantes

11. Conseguiu emprego na sua área de formação? Quais os constrangimentos que sentiu em contexto de trabalho?

(Importância que a literacia representa para os migrantes num quadro de mudança da sociedade portuguesa no sentido da multiculturalidade; qual o impacto da literacia/qualificação nas atitudes em contexto de trabalho e/ou formação; Importância no grau de literacia para a integração na sociedade portuguesa/vianense)

12. E quanto à habitação, considera que tem sido mais fácil ou mais difícil os migrantes conseguirem uma habitação em Viana do Castelo?

13. E em relação ao transporte público, acha que os transportes públicos existentes em Viana do Castelo, respondem às necessidades dos migrantes?

14. Acha que os imigrantes se sentem integrados, como cidadãos, na sociedade portuguesa/vianense?

(Identificar a participação cívica e política nos espaços de relacionamento; identificar intervenções de carácter associativo -iniciativas culturais/desportivas- existentes no seio dos migrantes)

15. Em relação à atividade dos diferentes serviços e entidades públicas, que balanço faz de cada uma delas relativamente ao acolhimento e integração, habitação, educação/formação?

(Ver em que medida o imigrante beneficiou da ação das diversas entidades)

IV – A ideologia e os valores nos migrantes

16. O que pensa dos valores e cultura de Portugal, no geral, e de Viana do Castelo, em particular? Qual a sua relação com os hábitos culturais e sociais dos portugueses? Com que valores dos portugueses se identifica mais? E menos?

(Destacar o conteúdo do artigo 13º da CRP – princípio da igualdade; identificar relações entre cultura/religião/ideologia e identidades e valores dos migrantes)

17. Na sua opinião, existem cursos de formação ministrados pelas instituições públicas (IEFP/Escolas) que respondem às necessidades dos migrantes.

(Verificar em que medida as políticas de formação profissional são direcionadas às reais aspirações e necessidades dos migrantes)

V – Carácter assistencialista da formação/qualificação no quadro da vida local dos migrantes

18. Em relação às escolas, acha que o Estado apoia os imigrantes e os seus filhos?

19. Que instituições do concelho de Viana do Castelo contribuem para uma atividade lúdica cultural dos migrantes?

VI – Perspetiva para o futuro

22. Para terminar, como vê o seu futuro (e o da sua comunidade) no concelho de Viana do Castelo?

A entrevista terminou. Mais uma vez, obrigado pela sua colaboração.

ANEXO III

GUIÃO DE ENTREVISTA A ENTIDADES LOCAIS

Guiões de entrevista aprofundada a

- Entidades locais envolvidas na integração de migrantes no concelho de Viana do Castelo

N.º de entrevista: _____

Data da entrevista: / /2019

Instituição/Cargo: _____

Esta entrevista tem por objetivo o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório, dinâmicas de acolhimento, integração de imigrantes e de requerentes de asilo, no concelho de Viana do Castelo. Este estudo procura obter informação sobre as comunidades migrantes existentes em Viana do Castelo de forma a permitir o desenvolvimento de políticas locais para imigrantes conducentes a uma melhor integração na comunidade local. A sua colaboração é fundamental para que as entidades locais atuem mais e melhor.

Desde já agradecemos a sua colaboração para a concretização dos objetivos deste trabalho.

I – Caracterização institucional elementar

1. Que tipo de serviços a vossa entidade presta à comunidade local, em geral? E aos imigrantes, em particular?

II – Política local de integração dos cidadãos nacionais de países terceiros

2. De todos os serviços que a instituição presta, quais os mais solicitados pelos imigrantes? Tendo em conta a sua experiência, o que leva os migrantes a procurarem a vossa instituição?
3. A instituição confronta-se com constrangimentos/dificuldades na resposta às solicitações dos imigrantes?

III – A influência das instituições na integração social dos migrantes

4. Como caracterizaria o perfil dos migrantes que os contactam?

5. Será que as políticas de integração de imigrantes, nomeadamente na área de atuação desta instituição, têm contribuído para a integração e promoção da igualdade de oportunidades?

IV – A instituição e os valores nos migrantes

6. A questão da imigração e da integração dos imigrantes tem tido uma importância crescente nomeadamente nos últimos anos, devido à elevada taxa de imigração em Portugal, da interação entre as culturas e identidades diversas. Este fenómeno nem sempre é bem visto pela população. O que pensa acerca desta afirmação?
7. Existe uma estratégia de colaboração com outras entidades locais ligadas à problemática da imigração? E com a administração central? Em que medida?

V – As instituições envolvidas nas políticas de imigração num quadro de abertura da sociedade portuguesa/vianense à comunidade(s) migrante(s)

8. Em que medida as ações fomentadas pela instituição são importantes para o aumento da consciência cívica e autonomia dos migrantes?

VI – Perspetiva para o futuro

9. Para terminar, como vê o futuro desempenho desta instituição face ao previsto aumento de fluxos migratórios? Qual ou quais os maiores desafios a ultrapassar?

A entrevista terminou. Mais uma vez, obrigado pela sua colaboração.

ANEXO IV

QUESTIONÁRIO APLICADO A NACIONAIS DE PAÍSES TERCEIROS



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

POLÍTICAS LOCAIS PARA IMIGRANTES

Este questionário tem por objetivo a recolha de informação sobre o fenómeno migratório, dinâmicas de acolhimento, integração de imigrantes e requerentes de asilo, no concelho de Viana do Castelo, numa lógica de conhecer mais para agir melhor e contribuir com recomendações para a política pública de integração de imigrantes. A sua opinião é muito importante para melhorar as políticas locais. Pedimos a sua colaboração e sinceridade nas respostas a este questionário.

Todas as informações registadas neste questionário são absolutamente confidenciais.

DADOS PESSOAIS

1. Sexo:

Feminino

Masculino

2. Qual a sua idade?

anos

3. Qual o país onde nasceu?

4. Qual o seu estado civil?

Solteiro/a

Casado/a ou União de facto

Divorciado/a ou Separado/a

Viúvo/a

5. Qual a sua escolaridade? _____

6. Em que data chegou a Portugal? _____

7. E a Viana do Castelo? _____



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

7.1. Indique a Rua e a freguesia da sua residência:

8. Qual o seu estatuto legal de residência em Portugal?

- Autorização de Residência Temporária
- Autorização de Residência Permanente
- Autorização de Residência Caducada
- Visto
- Visto Caducado
- Cartão de Residente de Familiar de Cidadão da União Europeia
- A aguardar resposta do SEF
- Outro. Especifique: _____
- Não responde

9. Com quem vive?:

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Cônjuge/companheiro
- Pais
- Filho/a(s)
- Outros familiares
- Amigos/as
- Sozinho/a
- Outra situação: _____

9.1. Quantas pessoas compõem o seu agregado familiar? _____

9.2 Quantas pessoas moram na casa onde vive ? _____



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

CAUSAS DA MIGRAÇÃO

10. Qual o principal motivo que o/a levou a sair do seu país de origem?

- Melhorar as condições de vida (económicas, segurança, criminalidade ...)
- Estudo/ Investigação
- Reagrupamento Familiar
- Questões políticas/guerra
- Perseguição (religiosa, étnica, orientação sexual...):
- Outro. Especifique: _____

11. Porque escolheu Portugal? *

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Tinha família ou amigos/as em Portugal
- Proposta de trabalho (contrato)
- Boas referências do país
- Facilidade da língua
- Facilidade em arranjar trabalho
- Não foi uma escolha minha. Especifique _____
- Maior abertura do país à imigração
- Outro Especifique: _____

12. Refira três razões que o levaram a escolher Viana.

INTEGRAÇÃO NA COMUNIDADE

13. Desde que chegou a Portugal, de quem tem recebido apoio/ajuda? *

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Familiares
- Amigos/as e/ou conhecidos/as do país de origem
- Amigos/as e/ou conhecidos de portugueses



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

- CLAIM – Caritas
- Câmara Municipal de Viana do Castelo
- Segurança Social
- Gabinete de Apoio à Família (GAF)
- Casulo Abrigo
- Entidades religiosas
- Outro Especifique: _____

14. Que tipo de apoio recebeu?

- Financeiro
- Encaminhamento para outros serviços
- Procura de habitação
- Procura de emprego
- Aprendizagem do português
- Outro. Especifique: _____
- Não necessitou de apoio

15. Em que medida o apoio recebido o ajudou?

16. Até que ponto o apoio recebido correspondeu às suas expectativas?

HABITAÇÃO

17. Qual o tipo de habitação em que reside?

- Casa própria
- Casa arrendada
- Casa de familiares/amigos
- Quarto arrendado



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

- Pensão
- Habitação social
- Outro. Especifique: _____

18. Qual a tipologia da sua habitação?

- T1
- T2
- T3
- Outro. Qual?

19. Sentiu dificuldade em arranjar alojamento? Se sim, especifique.

(refira fatores como valor da renda, cauções, discriminação, entre outros)

20. Qual o grau de satisfação com a sua habitação?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito mau) (excelente)

20.1 Se a resposta se situa entre “1 e 3”, qual o motivo desta avaliação? _____

21. Comente o nível de conforto da sua habitação.

(estado de conservação da habitação, localização, tamanho, entre outros)

EMPREGO

22. Qual a sua profissão no país de origem? _____

23. Atualmente, qual é a sua situação profissional?

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Empregado/a a tempo parcial
- Empregado/a a tempo inteiro
-



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

- Trabalhador Independente
- Empresário/Comerciante (se assinalou esta opção passe diretamente para a pergunta nº 26)
- Desempregado/a
- Reformado/a
- Estudante
- Outro. Especifique: _____

24. Qual a profissão atual? _____

25. Comente eventuais dificuldades na sua inserção no mercado de trabalho.

(durante quanto tempo esteve desempregado, tipo de trabalho, funções, salário, horário, discriminação, tipo de contrato, entre outras)

EMPREENDEDORISMO:

26. Se é empresário/comerciante, teve algum apoio na instalação do seu negócio?

Sim

Não

26.1. Se sim, indique de quem _____

26.2. Em que medida o apoio recebido correspondeu às suas necessidades?

26.3. Como soube da existência dos apoios que referiu anteriormente?



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

26.4. Quais as maiores dificuldades que teve na concretização do negócio?

TRANSPORTES

27. Que meio utiliza para se deslocar para o trabalho/escola?

- A pé
- Em carro próprio
- Carro partilhado
- Transporte público
- Outro: _____

28. Tem dificuldades na deslocação para o seu trabalho?

- Não Sim

29. Se respondeu sim, diga quais:

30. Se utiliza o transporte público, avalie os seguintes aspetos:

Frequência/Regularidade

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito mau) (excelente)

NA

Qualidade dos autocarros

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito mau) (excelente)

NA

Preço dos bilhetes

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito mau) (excelente)

NA



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Duração da viagem

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____
(muito mau) (excelente)

NA

INCLUSÃO SOCIAL: EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E LÍNGUA

31. Desde que chegou a Viana do Castelo frequentou alguma formação?

Não

Sim

32. Teve dificuldades em aceder à formação? Sem sim, especifique.

(falta de informação ou pouca divulgação das ações, valor/custo da formação, localização, horários, critérios de seleção)

32.1. Em que medida a formação pode contribuir/contribuiu para arranjar emprego?

33. Se está interessado/a em frequentar cursos de formação profissional, assinale quais as áreas de interesse?

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Formação Base
- Desenvolvimento Pessoal
- Comércio
- Agricultura
- Hotelaria, Turismo e Restauração
- Saúde
- Informática
- Línguas
- Gestão e administração
- Contabilidade e Fiscalidade
- Estética
- Outro.Especifique: _____



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

SAÚDE

34. Quanto à sua saúde:

	Sim	Não
Já recorreu aos serviços de saúde em Portugal?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem médico/a de família?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem as vacinas em dia?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tem alguma doença que exija cuidados médicos regulares?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

35. Como obtém informação sobre os serviços de saúde?

- Brochuras/folhetos informativos
- Centro de Saúde
- Hospital
- Câmara Municipal
- CLAIM- Caritas
- Segurança Social
- Gabinete de Atendimento à Família (GAF)
- Internet
- Amigos/familiares
- Outro. Especifique: _____

36. Que dificuldades sentiu no atendimento/acesso aos serviços de saúde:

(Pode assinalar mais que uma opção)

- Dificuldade de comunicação/língua
- (Des)Conhecimento da organização dos serviços de saúde
- Relação com os profissionais
- Resposta desadequada ao problema
- Nenhuma



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

CULTURA E TEMPOS LIVRES

37. Quais são as atividades que pratica nos seus tempos livres, incluindo o desporto?

38. Desde que reside em Viana do Castelo em quais das seguintes atividades já participou?:

(pode assinalar mais que uma opção)

Festas/convívios

Atividades culturais (eventos, teatro, concertos)

Atividades dinamizadas por associações, coletividades, paróquias

Outras. Especifique: _____

Nenhuma

39. Se respondeu **Sim** às questões anteriores, em que medida estas podem contribuir para a sua integração na comunidade de acolhimento?

Aumento das relações sociais

Aperfeiçoamento da língua

Maior conhecimento da cultura da comunidade de acolhimento

Maior partilha sobre a cultura do seu país de origem

Maior acesso ao mercado de trabalho, entre outras)

Outras.Quais? _____

40. Gostaria de dinamizar oficinas sobre a cultura do seu país?

(ex. Oficinas de dança, oficinas de língua, oficinas de cozinha, entre outras)

Sim

Não

40.1. Se **Sim**, Quais? _____



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

41. Através de que meios tem conhecimento das atividades que existem em Viana do Castelo?

(Pode assinalar mais que uma opção)

- Agenda cultural
- Redes sociais (Facebook, Instagram, WhatsApp)
- Internet
- Correio normal/correio eletrónico
- Comunicação social local
- Nos estabelecimentos públicos e comerciais
- Outros. Especifique: _____

42. Assinale o que mais sente falta do seu país de origem e que não encontra na região onde habita?

(Pode assinalar mais do que uma opção)

- Produtos alimentares
- Vestuário
- Atividades culturais
- Atividades sociais
- Hábitos do quotidiano
- Espaços de culto
- Outro (especifique) _____

43. Qual(is) a(s) principal(is) diferença(s) que encontrou entre a cultura do seu país de origem e a cultura de Portugal?

44. E quais a(s) principal(is) semelhança(s)?



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CÍVICA

45. Pode votar em Portugal?

- Sim, e faço-o regularmente
- Sim, mas não o faço regularmente
- Não

46. Faz parte de alguma associação ou grupo?

Não Sim Qual? _____

46.1 Se sim, que cargo desempenha? _____

47. Gostaria de aderir a uma associação/grupo de migrantes em Viana do Castelo?

Não Sim

48. Alguma vez participou nalguma das seguintes ações públicas?

- Manifestação sindical
- Manifestação política
- Desfile de protesto
- Comício
- Greve

Nenhuma

49. Desenvolve alguma atividade de voluntariado?

Não Sim Qual? _____



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

SERVIÇOS

50. Gostaríamos agora de conhecer a sua opinião relativamente à forma como diferentes instituições públicas dão resposta às suas solicitações/pedidos/necessidades. Numa escala de 1 a 7, em que 1 corresponde a muito má e 7 corresponde a excelente, como avalia a resposta dos seguintes serviços:

Da Segurança Social?"

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Do Hospital?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Do Centro de Saúde?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Da Repartição das Finanças?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Do Centro de Emprego (IEFP)?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Da Câmara Municipal de Viana do Castelo?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)

Da Autoridade para as condições de Trabalho (ACT)?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____ NA
(muito má) (excelente)



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Dos Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____
(muito má) (excelente)

NA

Do Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM)?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____
(muito má) (excelente)

NA

Do Agrupamento de escolas?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 _____
(muito má) (excelente)

NA

50.1 Se a resposta se situa entre “1 e 3”, qual o motivo desta avaliação? _____

RELIGIÃO

51. Qual a sua religião?

- Católica
- Ortodoxa
- Protestante
- Judaica
- Muçulmana
- Sem religião
- Não responde
- Outra. Qual? _____

52. Em Viana do Castelo existem condições para a prática da sua religião?

Sim Não Não responde

52.1. Se Não, especifique porquê. _____



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

OPINIÕES E ATITUDES

53. Na zona onde vive relaciona-se mais com:

- Pessoas do seu país de origem
- Mais com pessoas daqui de Portugal
- Pessoas do seu país de origem e pessoas daqui/de Portugal em igual medida
- Pessoas de outros países/etnias

54. Em que lugar/lugares se relaciona com as pessoas do seu país de origem?

55. E com os portugueses, em que lugar ou lugares se relaciona?

56. Conhece ou sabe quem são os seus vizinhos?

Não Sim

57. Como avalia, em geral, as relações com os seus vizinhos?

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7 NA
(muito má) (excelente)

56.1 Se a resposta se situa entre “1 e 3”, na sua perspetiva, a que se deve essa má relação?

58. Dos seguintes problemas existentes em Portugal em relação aos imigrantes, indique por ordem de importância (1.º, 2.º, 3.º) aqueles a que o governo deveria dar mais atenção:

- Às carências dos serviços de saúde
- Ao acesso ao ensino
- A lentidão dos serviços públicos (SEF, Segurança Social, etc.)



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

- À habitação
- Ao desemprego
- Aos baixos salários
- Outros. Quais? _____

59. Qual dos seguintes meios é o mais frequente para obter informação sobre Portugal e os portugueses?

- | | | | |
|------------------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| Jornais | <input type="radio"/> | Local de culto | <input type="radio"/> |
| Instituições públicas | <input type="radio"/> | Associação | <input type="radio"/> |
| Redes sociais (Quais?) _____ | <input type="radio"/> | Televisão | <input type="radio"/> |
| Cafés/Restaurantes | <input type="radio"/> | Revistas | <input type="radio"/> |
| Família | <input type="radio"/> | | |
- Outros meios. Quais? _____

OUTROS ASSUNTOS

60. Numa escala de 1 a 7 em que 1 corresponde a muito e 7 corresponde a nada, durante a sua estadia em Viana do Castelo, até que ponto se sentiu discriminado:

No local de trabalho/escola

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito) (nada)

Nos serviços públicos

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito) (nada)

No atendimento em serviços comerciais

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito) (nada)

Na procura de alojamento

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7
(muito) (nada)



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Na procura de trabalho

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7

(muito)

(nada)

Na integração em grupos/coletividades

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7

(muito)

(nada)

Na integração na comunidade local

1 _____ 2 _____ 3 _____ 4 _____ 5 _____ 6 _____ 7

(muito)

(nada)

61. Quais são os seus planos a médio/longo prazo?

Regressar ao país de origem

Ficar em Portugal, na região de Viana do Castelo

Ficar em Portugal, noutra região

Migrar para outro país

Ainda não estão definidos

Outro. Especifique: _____

62. Referencie alguma área, questão, necessidade ou sugestão de atividade para o Plano Municipal de Integração de Migrantes.

—

—

—

63. Gostaria de participar mais ativamente na plataforma de acompanhamento deste plano, fazendo parte de reuniões de trabalho, encontros e outras atividades? *

Sim

Não

CHEGAMOS AO FIM DO QUESTIONÁRIO. MUITO OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!